

**Universidades Lusíada**

Ferreira, Nuno Simão Miranda Guerra da Silva

**Cenas do quotidiano social português**

<http://hdl.handle.net/11067/5521>

**Metadata**

**Issue Date** 2010

**Abstract** O trabalho que apresentamos visa abordar os vários testemunhos deixados por diversos autores estrangeiros que registaram as suas impressões sobre Portugal, desde a segunda metade do século XVIII até aos primórdios do século XIX. Acentuamos que este período realça-se pela riqueza abundante de relatos e de memórias de viagens relativamente a Portugal, possuindo alguns visões mais fundamentadas e outros mais fantasiosas. Na nossa óptica iremos utilizar as contribuições dos amiudados autores forast...

The present work aims to approach the multiple testimonies left by several foreign authors who have registered their views on Portugal since the second half of the eighteenth century to the dawn of the nineteenth century. In fact, this period it is accentuated by abundant reports and memories of trips around Portugal, some of them are more accurate while others more fancy. We will use the contributions of outsider authors as historical sources enhancing their origin in the intellectual context ...

**Type** article

**Peer Reviewed** No

**Collections** [ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 07 (2010)

This page was automatically generated in 2022-08-15T05:57:57Z with information provided by the Repository

# CENAS DO QUOTIDIANO SOCIAL PORTUGUÊS

Nuno Simão Ferreira  
nunosf@iol.pt

## RESUMO

O trabalho que apresentamos visa abordar os vários testemunhos deixados por diversos autores estrangeiros que registaram as suas impressões sobre Portugal, desde a segunda metade do século XVIII até aos primórdios do século XIX. Acentuamos que este período realça-se pela riqueza abundante de relatos e de memórias de viagens relativamente a Portugal, possuindo alguns visões mais fundamentadas e outros mais fantasiosas. Na nossa óptica iremos utilizar as contribuições dos amudados autores forasteiros como fontes históricas, realçando a sua origem no contexto intelectual do Iluminismo, a sua contextualização histórica de um Portugal situado na charneira entre a tradição e a modernidade e a abordagem ao Portugal Literário da época. Os relatos são, afinal, o produto de uma nova atitude perante a viagem e o seu valor na formação do europeu dito civilizado e, ainda, o reflexo do sentido de uma Europa una e de uma civilização comum a todas as nações.

**Palavras-Chave:** Relatos de Viagens, Iluminismo, Neo-Classicismo, 4<sup>a</sup> marquesa de Alorna/«Alcipe», Portugal.

## ABSTRACT

The present work aims to approach the multiple testimonies left by several foreign authors who have registered their views on Portugal since the second half of the eighteenth century to the dawn of the nineteenth century. In fact, this period it is accentuated by abundant reports and memories of trips around Portugal, some of them are more accurate while others more fancy. We will use the contributions of outsider authors as historical sources enhancing their origin in the intellectual context of Enlightenment as its historical context of Portugal between tradition and modernity mentioning its literary approach. Concluding, the reports are, after all, the product of a new attitude towards travel and concur in shaping the so-called civilized European, showing an united civilization common to all nations.

**Keywords:** Accounts of Journeys, Enlightenment, New-Classicism, fourth marquise of Alorna/«Alcipe», Portugal.

O presente estudo remonta às primeiras tarefas que tive no decurso do meu estágio de investigação em História Contemporânea do século XVIII português na Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, decorrido entre Dezembro de 2000 e Setembro de 2001, tendo como orientador o Dr. Fernando Mascarenhas<sup>1</sup>.

Apesar de condições materiais adversas, as viagens intensificaram-se extraordinariamente e o viajante não se assemelhava em nada ao turista apressado e isolado do país que visita.

Os relatos de viajantes estrangeiros acerca de Portugal integram-se perfeitamente na corrente europeia da literatura de viagens.

Verifica-se que o seu impacto no alargamento dos horizontes humanos, na circulação de ideias e no sucesso que obtiveram, transformaram estas obras num dos géneros mais importantes do seu tempo. Efectivamente, desenvolvera-se o gosto pela literatura e o espírito oriundo do século das Luzes fez da curiosidade o traço essencial e levou os que não poderiam viajar a consumir avidamente os escritos dos mais afortunados.

Jâcome Ratton teve no fim da vida o gosto amargo da ingratidão de um país, que tanto amou. Apesar disso, as suas memórias revelaram-nos um belo carácter despido de ressentimentos. «*O amor que conservo à Pátria, e Soberano que me adoptou, cuja prosperidade é inerente à minha própria e dos meus filhos, me levou a escrever o que sabia sobre os diferentes objectos até aqui tratados, na persuasão de que as minhas ideias poderão produzir alguma utilidade ou pelo menos abrir caminho a quem mais habilmente as possa ampliar e rectificar*»<sup>2</sup>.

O seu livro é notável a vários títulos. É um documento incontornável para a história económica de Portugal na segunda metade do século XVIII e é, ainda, uma obra viva com pormenores do maior interesse sobre as pessoas, lugares e acontecimentos que Ratton frequentou e assistiu. O livro funcionou como se tratasse de uma autêntica e excepcional fotografia de toda uma época. É, assim, paradigmática a descrição que fez do terramoto de 1755, quando tinha 19 anos, assistindo a cidade ruir, o Tejo a invadir as zonas ribeirinhas e o fogo a devorar ruas inteiras.

Efectivamente, foi Ratton quem dedicou um interesse mais detalhado e objectivo aos projectos, técnicas e fases por que passou a reedificação da nova Lisboa. Assim, o que saltava à vista, num primeiro momento, eram as ruínas e foi sobre este ponto que os viajantes da época mais incidiram, bem como sobre os esforços empreendidos com vista à rápida reconstrução das partes mais atingidas da cidade. Entre Dezembro de 1755 e meados de 1756, o engenheiro-mor Manuel da Maia fez a entrega de vastos planos remodeladores que o ministro de D. José viria a aprovar em Junho de 1758, o que não impediu a tomada de outras medidas.

Do maior interesse e relevância são indubitavelmente os seus testemunhos sobre os poderosos da época, a começar pela vigilância do marquês de Pombal e respectivos irmãos, com os quais eventualmente teve negócios. A referência

<sup>1</sup>Presidente da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna e 12º marquês de Fronteira.

<sup>2</sup>RATTON, Jâcome, *Recordações de Jâcome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, Fenda Edições, 1992, pp. 152 e 153.

à figura de Pombal e à sua acção era inevitável diante de uma Lisboa sem qualquer plano lógico de crescimento e de urbanização, uma graciosa cidade se ia erguendo das ruínas de uma urbe deformada. «*Não foram de menor importância para o senhor Rei D. José, e tranquilidade do Reino as medidas, e providências tomadas por Sebastião José de Carvalho, pela ocasião da desgraçada conspiração, acontecida em 1757, assim como também pela expulsão dos Jesuítas, em 1759 (...).*

*O conde de Oeiras possuía muitas qualidades para ser, como foi, um grande ministro. Empregando todo o tempo da semana no serviço de seu amo, reservava as manhãs dos domingos; para os negócios da sua casa; nos quais se ajuntavam todos os seus almoxarifes, feitores, e mestres de obras, no quarto da sua contadoria metodicamente escriturada com livros em partes dobradas; e ali conferia com eles recebia, e pagava, à boca do cofre, as entradas, e despesas da semana precedente. Era extremamente reservado com sua família, e amigos, a respeito dos negócios do Estado, de modo que ninguém podia descobrir, da sua conversação, gestos, ou maneiras, os negócios, que o ocupavam; e que se deviam conservar em segredo. Ouvia as partes sem lhes interromper as suas falas; e suas respostas eram graves, breves, e terminantes, revestidas sempre da autoridade do Soberano»<sup>3</sup>.*

É de destacar as análises de Rattton sobre as incapacidades, incúrias e mediocridade generalizada na administração pública com exemplos aterradores e a luta decidida de Pombal em tentar pôr-lhes cobro. É de mencionar, ainda, o pormenor importantíssimo do ilustre marquês em saber escolher muito bem os seus colaboradores.

O marquês de Pombal encontrou muitos planos estudados e muita experiência feita, continuando e ampliando planos que vinham de longe, por exemplo, do tempo do conde da Ericeira, homem forte governo de D. Pedro II, mas nem por isso, a sua acção foi menos decisiva e menos louvável. Apesar de todo o elogio à obra administrativa e económica de Pombal, Rattton não devia admirá-lo absolutamente, dado o seu espírito burguês e comedido.

À semelhança do que acontecera na obra de Giuseppe Gorani, Rattton também destacou a criação do Colégio dos Nobres como meio de educação e de disciplinar os filhos dos aristocratas lusos com o intuito de subordiná-los à razão niveladora do Estado e incorporá-los como funcionários por excelência dessa entidade.

Rattton foi um homem honrado de um senso burguês que nos encanta pela franqueza, através do uso de uma linguagem clara apesar das suas descontinuidades gramaticais.

O seu livro de memórias traduz-nos o ressurgimento artístico empreendido por Pombal e o viver da sociedade burguesa do fim do século XVIII e começo do século XIX.

Já tivemos oportunidade de ver a sua adoração pelo grande vulto de Pombal que, aliás, lhe seguiu sempre de perto com louvor e protecção relativamente às suas generosas iniciativas.

As "Recordações" de Rattton constituem uma fonte de informação para a

<sup>3</sup> RATTON, Jácome, *Recordações de Jácome Rattton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, Fenda Edições, 1992, pp.152 e 153.

história do movimento “industrial” pombalino. Referencia ao longo da obra as suas múltiplas “indústrias”, começando pela fábrica das sedas estabelecida no reinado de D. João V, tendo-lhe sido autorizada a vinda de operários de Lyon.

Ratton aborda-nos sintomaticamente o incremento das “artes fabris” em Portugal, durante o reinado de D. José. Da leitura de Ratton avalia-se o movimento de aproximação a França, que foi grande e frutuoso em toda a época pombalina e que continuou no reinado de D. Maria I. Efectivamente, o marquês de Pombal na tentativa de aproximar as manufacturas portuguesas das francesas ordenou traduzir os melhores tratadistas franceses e promoveu a difusão dos livros traduzidos entre os “industriais” lusos. Não tencionou, porém, a reforma pombalina em colocar as manufacturas nacionais como subsidiárias das suas congéneres francesas, antes procurou estabelecer a concorrência entre umas e outras, livrando o “mercado nacional” dos produtos de importação que o inundavam. Ratton teve neste movimento teve um papel preponderante, não só criando novas manufacturas como compreendendo vida nova nas já existentes.

Apesar do cuidado de que Ratton precedia sempre o estabelecimento de novas manufacturas, estudando os estabelecimentos similares do estrangeiro donde fazia vir homens experientes no ofício pretendido, consciente das necessidades e dos recursos do nosso país, teve de abandonar às vezes logo no início muitas das manufacturas de sua iniciativa. E todas ruíram, afinal, pelo tratado de 9 de Fevereiro de 1810.

Ratton foca-nos as mudanças governamentais operadas no reinado da «Viradeira» ou de D. Maria I. Assim, no lugar de presidente do Real Erário que fora ocupado pelo marquês de Pombal sucedeu o marquês de Angeja<sup>4</sup> e depois deste, entraram sucessivamente o marquês de Ponte de Lima<sup>5</sup>, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Luís de Vasconcelos e o conde de Redondo.

Ratton ia contestando o empobrecimento nacional em face das despesas que Portugal inevitavelmente contraía em consequência da Revolução Francesa, ao enviar uma esquadra à Inglaterra, um exército auxiliar ao Rossilhão, outra

<sup>4</sup> Era neto de um amigo pessoal de D. José. Durante a presidência do marquês de Angeja, o Real Erário foi incorporado no património da Coroa bem como o donativo dos 4%, que o corpo do comércio lhe tinha oferecido à Real Junta Administrativa. Esta presidência não trouxe nenhuma novidade à anterior gerência de Pombal, recaindo sobre si suspeitas de eventuais desfalques monetários da instituição.

<sup>5</sup> O marquês Ponte de Lima tutelara no reinado de D. José a secretaria dos Negócios do Reino, mas quem de facto a dirigira, fora Pombal. Por falecimento do marquês de Angeja passou dos Negócios do Reino para os da Fazenda, sendo nomeado ministro assistente, presidente do Real Erário e do Conselho de Fazenda, vindo até alcançar no ministério a mesma influência e graduação que tivera Pombal. Logo que o marquês de Ponte de Lima administrou as rendas reais se exauriu todo o dinheiro do Erário Real. Isto aconteceu não por corrupção ou usurpação do presidente da instituição que, em nome da sua idoneidade profissional se comparava indiscutivelmente a Pombal, não recebendo sequer salário de presidente da Junta de Comércio e nem de presidente do Real Erário. Os desfalques financeiros ficaram a dever-se à «(...) sua super-abundante boa fé dava lugar, a que os astuciosos o enganassem, vindo deste modo a negligenciar por uma parte a arrecadação das rendas Reais, e por outra a secar algumas fontes dos fundos do Erário, como as grandes comendas...». RATTON, Jácome, *Recordações de Jácome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, Fenda Edições, 1992, p. 262.

esquadra para o Mediterrâneo comandada pelo marquês de Nisa, a embaixada do marquês de Nisa à Rússia, a Paz de Badajoz, a Paz de Madrid, o tratado de neutralidade de Portugal durante uma guerra posterior, entre outras ocorrências históricas. Isto tudo contribuiu para a falência do Erário Régio, fazendo com que o país se endividasse internamente e externamente e criasse papel-moeda. Dado este estado de situação, o ministério da Fazenda passou a ser tutelado pelo conde de Linhares que, «apesar de ter mais habilidade, mais actividade, e não menos inteireza do que o seu antecessor, pouco ou nada valeu...»<sup>6</sup>.

O período de maior interesse dos autores estrangeiros por Portugal ainda não chegara, mas muito se havia escrito já, porque o terramoto celebrizara tragicamente o país e, conseqüentemente, sensibilizara a opinião pública europeia.

Baretti não chegara à Península Ibérica totalmente ignorante ou pelo menos despido de interrogações, «(...) de tantos escritores antigos e modernos de que o mundo está cheio, nenhum disse dos Portugueses, nada que desse deles uma ideia suficiente e satisfatória»<sup>7</sup>.

Baretti informa-nos dos intuitos da sua breve permanência em Portugal, «(...) é verdade que a minha estada no país será breve; mas nada deixarei passar despercebido e superarei a brevidade da estada com atenção e diligência. (...) Preparo-me para esquadrinhar os Portugueses com muito cuidado e para os pintar tal qual se me mostrarem...»<sup>8</sup>.

Apresentando-nos as “Cartas de Portugal” como um livro de viagens que pretendia divulgar Portugal, um país bastante ignorado na Europa iluminista, Baretti afirmou uma intenção fundamentalmente informativa, como foi o caso da descrição da realidade económica de Portugal metropolitano e ultramarino. «Sabeis que os portugueses têm um país com muitas regiões estéreis e que as produtivas, além do vinho e citrinos, não dão aos habitantes nada em excesso que, por consequência, possa ser mandado para os países vizinhos. (...) Os portugueses têm ainda na América meridional a possessão do Brasil, que antes só produzia açúcar e tabaco e que há poucos anos descobriu casualmente ser farto em ouro e diamantes e, por isso, tornou-se para eles uma colónia importantíssima, não muito inferior a qualquer das três famosas colónias espanholas do México, do Peru e do Chile. (...) Além do Brasil, na América, os portugueses possuem Goa nas Índias Orientais e alguns outros territórios nas costas de África e da Ásia, e outras terras e ilhas em várias partes do mundo, e tudo isto em conjunto torna o rei de Portugal um senhor poderoso, porque lhe rende três para quatro milhões de libras. Contudo, uma grande parte da tamanha riqueza, mal chega às mãos, passa logo para as dos ingleses, franceses, holandeses e outros povos, que vendendo aos portugueses muitas coisas que o país não produz e das quais não podem prescindir, são todos pagos com o esplêndido ouro do Brasil»<sup>9</sup>.

Nota-se em toda a carta um conhecimento profundíssimo e esclarecido

<sup>6</sup> Idem, Ob.Cit., p.263.

<sup>7</sup> BARETTI, Giuseppe, Cartas de Portugal, “Carta Nona, 28 de Agosto de 1760”, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1970, p.55.

<sup>8</sup> Idem, Ob.Cit., “Carta Nona, 28 de Agosto de 1760”, p.55.

<sup>9</sup> Idem, Ob.Cit., “Carta Décima, 28 de Agosto de 1760”, pp.55 e 56.



do défice económico português, pois, o nosso país era um mero reexportador de produtos brasileiros, sobretudo o ouro, diamantes e açúcar para a restante Europa, ficando a esmagadora maioria dos lucros nas mãos dos ingleses que, na realidade é que redistribuíam para toda a Europa os produtos tão cobiçados oriundos do Brasil.

Ao longo da sua estada, Baretti passeou a pé por Lisboa e ia registando o maior número de assuntos possíveis, o que daria lugar a peripécias e pormenores relevantes que individualizariam Portugal. Havia, certamente, alguns motivos básicos a tratar, uma vez esgotados a sua obra oferece-nos geralmente o dia-a-dia dos lisboetas.

Baretti, assim, foca-nos a tourada como a «*monstruosa desumanidade*» na qual assumiu um tom de reprovação perante um espectáculo que não compreendia nem tolerava e considerava-a como uma enorme crueldade. Todavia, em toda a “Carta” dedicada à tourada, Baretti não aderiu ao espectáculo nem reagiu pela desumanidade que aparentemente via nela, limitando-se a considerar alguns passes como de espantosa destreza ou assinalar o gáudio da assistência nos momentos de maior crueza. Relatou a tourada com indiferença, prendendo-se aos episódios curiosos ou ridículos que se foram sucedendo no decurso das horas, à posição dos monarcas presentes nos camarotes, à pouca riqueza das suas vestes e, especialmente, à necessidade de fazer humor<sup>10</sup>.

O concretismo evidenciado por Baretti nas suas “Cartas de Portugal” tornou-o incapaz de criar ou ficcionar para além das realidades evidentes. Apegado em demasia ao quadro que observou não teve imaginação suficiente para se afastar dele um pouco, analisar os dados de que dispunha e formar depois uma imagem sua do ambiente circundante.

O «*pior que é que em Portugal acontece o contrário do que em todos os outros países do mundo ou pelo menos da Europa*», como era o caso da educação dos portugueses que adoravam desde tenra idade, os seus soberanos, não explica a limitação que teve em só referir o que vira e ouvira.

A constatada falta de luxo era talvez um pequeno efeito das leis sumptuárias em vigor. Já decretadas por D. João V, elas foram confirmadas por D. José<sup>11</sup>.

Baretti reparava que as despesas feitas com as ordens religiosas eram muito avultadas, especialmente no reinado de D. João V, como aconteceu com o convento de Mafra, o convento das Necessidades e dos Barbadinhos, todos visitados pelo autor<sup>12</sup>.

A reacção psicológico-social ao terramoto de 1755 foi de facto enorme e, uma vez Baretti encontrando-se em Lisboa, não perdeu a oportunidade de presenciar *in loco* os efeitos do cataclismo natural. Segundo o autor e à data da catástrofe, Lisboa seria a terceira cidade mais populosa da Europa, sendo somente antecedida por Londres e Paris.

No relato de Baretti sobre o terramoto nota-se o uso a recursos expressivos

<sup>10</sup> Idem, *Ob.Cit.*, “Carta Décima-Sétima, Lisboa, 1 de Setembro de 1760”, p. 60.

<sup>11</sup> Idem, *Ob.Cit.*, “Carta Décima-Oitava, Lisboa, noite de 1 de Setembro de 1760”.

<sup>12</sup> Idem, *Ob.Cit.*, “Carta Vigésima-Quinta, Lisboa, 9 de Setembro de 1760”, p. 92.

não despidos de certo matiz retórico, aptos a recriar à distância de cinco anos, uma atmosfera bafejada pelo sofrimento e desespero, embora seja de assinalar o esmero em imaginar a sucessão de factos e o cuidado em procurar termos variados. O escritor usou o estilo de transposição verbal, de colocação do adjectivo no fim do período ou de expressões meramente retóricas.

Sempre que pôde fazer sem forçar muito o texto, Baretti alongou-se em considerações moralistas que aspiravam a ser bastante filosóficas. Assim, ao visitar com um padre as ruínas deixadas pelo terramoto, este dissera ao autor italiano que sob as ruínas haviam sido retirados cadáveres totalmente esmigalhados, sendo cento e cinquenta ou mais de mulheres e menos de vinte homens. Daí, tomou o ensejo para filosofar, «(...) coisa absolutamente de crer, porque em toda a parte os homens são muito dados à piedade e menos solícitos com a eterna salvação do que as mulheres. Nós, os homens, podemos dizer o que quisermos, mas em bondade de alma e virtude as mulheres aproximam-se geralmente tanto do carácter dos anjos, como os homens se avizinham do de certos senhores cornudos, unglados e caudatos que não quero aqui nomear por educação»<sup>13</sup>.

Baretti revelava o seu desagrado e desânimo face ao modelo de formação e de educação feminina lusa em contraposição com que se passava em Inglaterra, «(...) onde as mulheres são educadas com muito cuidado e siso, são na maior parte anjos, (...) por isso, pouco cuidado têm os pais e maridos em lhes darem muitíssima liberdade, sem receio de que elas desonrem a si e à família»<sup>14</sup>.

Baretti preconizava, assim, uma educação completa de tipo inglês. O ideal moral tornava-se um ideal pedagógico.

Baretti relevava o seu desagrado e desânimo face ao modelo de formação e de educação feminina português. «(...) Mas aqui, as pobres são educadas em perfeita ignorância e não têm ainda 15 anos quando se casam, com um coração naturalmente quente de amor e um intelecto totalmente desprovido das mundanas razões que, talvez mais do que as não mundanas, servem para manter a concupiscência das mulheres jovens nos seus devidos limites; por isso não é de admirar que cedam às tentações de fora, assistidas e solicitadas pela natural inclinação de dentro, especialmente depois de adquirirem, como é forçoso, um perfeito conhecimento da inépcia e das mesquinhas qualidades mentais dos maridos, que provocam o desprezo delas transformando o bem querer em mal querer»<sup>15</sup>.

Observando a psicologia feminina portuguesa, Baretti comparou-a à inglesa e notou que as diferenças abismais entre elas provinham basicamente do tipo de educação ministrado nos dois países. Em Portugal, deixava-se o crescimento do indivíduo entregue a si mesmo. Em Inglaterra, o indivíduo era orientado e dirigido desde o início para a realização de determinados objectivos a serem atingidos. A educação inglesa era cuidadosa e procurava não descuidar aspectos da personalidade, sendo as inglesas tão cultas ou mais do que os homens e moralmente sãs. Constatamos, portanto, que os ideais pedagógicos explanados por Baretti auferiam igual lugar à educação espiritual ou moral.

<sup>13</sup> Idem, *Ob.Cit.*, “Carta Vigésima-Primeira, Lisboa, 5 de Setembro de 1760”, p.79.

<sup>14</sup> Idem, *Ob.Cit.*, “Carta Vigésima-Segunda, Lisboa, 6 de Setembro de 1760”, p.86.

<sup>15</sup> Idem, *Ob.Cit.*, “Carta Vigésima-Segunda, Lisboa, 6 de Setembro de 1760”, p.85.

Sabemos que ao longo da obra eram considerados válidos todos os conhecimentos artísticos ou científicos. Todavia, a tendência para denegrir a recente obra educacional dos Oratorianos, *Instrução de principiantes e novo Método de se aprenderem as primeiras Letras* para o uso das Escolas da Congregação do Oratório, parece ignorância ou má vontade porque eles proporcionavam em relação aos seus antecessores jesuítas, um considerável passo no sentido da actualização de uma maior cientificidade, de modernização dos programas e matérias que ensinavam. «(...) Não é, contudo, balofo nem presunçoso um livro que tenho aqui na escrivania, impresso há dez anos aqui em Lisboa e intitulado *Instrução de principiantes para o uso das escolas. Foi escrito por mestres das escolas de N<sup>a</sup> Senhora das Necessidades, que são escolas públicas onde a juventude portuguesa é educada e onde quem quer estudar tem de ir com vontade ou sem ela, visto não serem permitidas outras escolas, nem públicas nem privadas. É uma péssima história muito mal alinhavada dos soberanos de Portugal, que começa com o conde D. Henrique de Borgonha, que viveu à roda dos anos mil e cem, e desenrola-se até ao actual monarca inclusive. Uma parte é em prosa corrente e outra em diálogos, está cheia de epítetos altissonantes, de conceitos artificiosos e de pensamentos pueris. Em quase todas as páginas há narrativas maravilhosas que fariam rir as pedras; e não é sequer livro que dê, de forma alguma, a mínima ajuda para um viver bom e sensato, que é ou deveria ser o fim principal de todos os livros. Apesar disso, os pobres meninos são desapiedadamente sovados pelos mestres «das Necessidades» se o não decorarem, e fazem-me mesmo pena os dois tristes filhos do meu hospedeiro, que passam o dia a fritar os miolos para meterem na memória as tão inúteis larachas que contém, para livrarem as infelizes mãos e os mofinos traseiros dos cruéis chicotes pedantescos»<sup>16</sup>.*

Nas “Cartas de Portugal” podemos averiguar que só determinadas camadas ou grupos sociais o interessaram verdadeiramente. Os outros eram marginais e votados ao desprezo.

«(...) O pouco tempo que estive em Lisboa e a modéstia da minha categoria social não me deu, nem podia dar, oportunidade de examinar mais de perto os monarcas e a sua família; e mesmo que ma tivessem dado, não teria ousado tornar-me a mim próprio um panegirista de soberanos, não me conhecendo força tão hercúlea para suportar tão graves pesos, além de que o meu natural sempre me afastou de tais empresas»<sup>17</sup>, Baretto não estava a ser totalmente sincero.

Simulando uma autocritica do conjunto de informações e ideias anotadas sobre Portugal, Baretto saiu-se muito bem da obrigação em que tinha sido colocado em Veneza, de escrever algumas páginas extra para atenuar as más impressões que dera do país. É fácil deduzir, no entanto, que Baretto tinha a obra como boa e as palavras ditadas pelo amor-próprio se aproximaram bastante de que ele se sentia realmente. Por isso, a “Carta trigésima oitava” resultou em mais uma justificação do que escrevera do que de uma tentativa para suavizar as opiniões dadas, como pretendiam os inquisidores do Estado. «Direi ainda que nos últimos anos o Ministério português introduziu, à imitação do que se fez no estrangeiro, algumas reformas nos estudos para secundar os intentos do Rei; e ouvi dizer que mandaram

<sup>16</sup>Idem, Ob.Cit., “Carta Trigésima, Lisboa, noite de 15 de Setembro de 1760”, p.115

<sup>17</sup>Idem, Ob.Cit., “Carta Trigésima-Oitava, Lisboa”, p.153.

*procurar nos centros mais cultos da Europa homens sapientes, para os atraírem com remunerações assaz generosas e ensinar toda a espécie de boas doutrinas aos súbditos de Sua Majestade Fidelíssima. Faça o Céu medrar louváveis diligências como estas e faça florescer em Portugal a probidade par que o saber, que eu me regozijarei sempre muitíssimo juntamente com todos os bons cidadãos do mundo; e, se calhar, não serei o último a entrelaçar grinaldas de aplausos a todos os que forem fautores e promotores de tão divina obra»<sup>18</sup>.*

Joseph Barthélemy-François Carrère parece ter sido um homem irrequieto e ambicioso, resolvendo fixar-se em Paris. Devia ter protecções influentes porque logo ficou agregado à Faculdade de Medicina de Paris, tendo sido também nomeado censor real, em 1775.

Não se sabe se foi antes da Revolução de 1789, se durante o período do Terror, que Carrère emigrou para Espanha. Tudo indica que terá vindo a Portugal no ano de 1795 e na condição de clandestino, sem vir munido de passaporte. Mas, o que é certo é que ao chegar a Lisboa, teve de conseguir subsistir em condições muito precárias e difíceis. Daí, ter vivido em permanente sobressalto e no terror dos esbirros de Pina Manique. Confessa-nos Carrère, *«fui forçado pelas circunstâncias a ir a Portugal e a prolongar ali a minha estada por bastante tempo. Vi, observei- mas sempre em silêncio. –A actual forma de governo deste pequeno país punha-me as mais sensatas precauções e a mais completa reserva. Estaria perdido se houvesse suspeita da natureza das minhas observações e as notas que ia escrevendo seriam apreendidas e a minha pessoa, carregada de ferros, sepultada numa masmorra, donde não mais sairia à luz do dia. Se tal tivesse acontecido, as minhas notas teriam ficado perdidas e eu próprio teria morrido de pesar, de dor, de desespero e de miséria.*

*Só representando o papel do homem nulo, indiferente, distraído, sem talentos nem capacidade de conhecimento e apreciação consegui escapar às investigações sôfregas e persistentes do enxame de espiões que infesta Lisboa. Passei assim a ser olhado como um homem vulgaríssimo. Firmado no conceito da minha nulidade, consegui escapar. Não obstante, não deixei de ter sobressaltos todas as vezes que havia uma rusga policial, o que frequentemente acontecia. A cada uma delas, novos alarmes»<sup>19</sup>.*

De seguida, acrescenta-nos o seguinte: *«quantas vezes, durante a noite, o mais pequeno ruído me fez cobrir de suores de morte! Quantas outras tantas vezes as pancadas na aldraba da minha porta me causaram temores, termuras e apertos do coração! A minha situação durante seis meses foi bem digna de dó»<sup>20</sup>.*

Carrère vivera, possivelmente, numas águas-furtadas, com terror da polícia dirigida pelo intendente Pina Manique. Assim, a contas com Pina Manique para quem todo o francês era jacobino, Carrère queixou-se amargamente da falta de protecção dada nos países aos emigrados realistas em favor dos que tinham aderido à Revolução de 1789. Assinale-se em abono da sinceridade que o viajante francês devia ter pelo menos em parte alguma razão. Portugal encontrava-se na

<sup>18</sup>Idem, *Ob.Cit.*, “Carta Trigésima-Oitava, Lisboa”, pp. 154 e 155.

<sup>19</sup>CARRÈRE, Joseph Barthélemy-François, *Panorama de Lisboa no ano de 1796. Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989, pp. 19 e 20.

<sup>20</sup>Idem, *Ob.Cit.*, p. 20.

época numa situação diplomática francamente delicada, aliado da Inglaterra não lhe convinha hostilizar o governo francês, capaz de exercer represálias sob a forma de bloqueio continental, como viria a acontecer em 1805, apressando a ruína económica e a perda do poder relativo de influência externa portugueses.

Nestas condições, Carrère não só viveu à margem da sociedade portuguesa, bem como da colónia francesa e do grupo de emigrados. O que, porém, é certo é que Pina Manique ao ter encontrado Carrère em Lisboa, expulsou-o de Portugal e remeteu-o para Génova.

Durante o período do Directório, os livros sobre Portugal e Espanha, sobretudo, os difamatórios tiveram grande recepção em França, quer fossem obras inéditas, quer reedições de livros anteriormente aparecidos, quer ainda, fossem versões noutros idiomas.

No conjunto dos livros sobre Portugal de Setecentos, o *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, destaca-se já por ter sido concebido e redigido por um foragido impregnado de queixas, como também pelo confessado propósito de desforra do que em Portugal passou.

Uma visão de tal modo preconceituosa não prejudicou, no entanto, o pitoresco e animadíssimo quadro que traçou da vida quotidiana lisboeta.

Carrère era, indubitavelmente, um bom observador e descreveu com vivacidade e chiste Lisboa e o seu quotidiano. A sua descrição dos costumes e usos, particularmente, lêem-se com prazer. Como crítico do estado político e social do país teceu muitas vezes comentários justos, se exceptuarmos alguns exageros tendenciosos.

Se Carrère, em vez de foragido clandestino, perseguido e por fim expulso, não tivesse sido forçado pelas circunstâncias conhecer apenas Lisboa, a ideia que deu do nosso país teria sido outra. Não seria nas grandes urbes que se poderia conhecer e ajuizar um povo, particularmente em Portugal, onde só havia uma única cidade de dimensão europeia, Lisboa, e o grosso do país estava impregnado de uma forte vivência rural e por um apego às actividades do sector extractivo, agrícola, pecuário e piscatório.

Na vida em sociedade, Carrère assinalou que a conversa das mulheres lusas versaria somente sobre práticas religiosas e frades, pelos quais manifestavam uma devoção particular.

Abordando os usos e costumes relativos às mulheres lusas, Carrère sublinhou que as relações matrimoniais eram marcadas pela sujeição, enclausuramento, passividade e ociosidade. «*Ainda hoje em Lisboa existem vestígios da antiga, da velha servidão em que ali viviam as mulheres. Ainda ali predominam os ciúmes, os vários expedientes de desconfiança, as inúteis precauções dos maridos, furtando-se aos olhares de quem passa. É nesta cidade que ainda se pode encontrar as últimas aias mercenárias, às quais era confiada a guarda das mulheres e cuja missão era acompanhá-las para onde quer que fossem, obrigadas a permanentemente fiscalizarem todos os seus actos.*

(...) *Uma portuguesa que sai à rua a pé nunca vai só; é seguida por criadas embuçadas em grandes capas de baeta, que caminham atrás das armas como se fossem lacaios. (...) No geral, são as pretas e as mulatas que se dedicam a esta profissão, pelo preço corrente de meio tostão ou seja seis soldos e três dinheiros torneses por cada saída.*

(...) *Para manter tal clausura, que lhes é imposta ou que elas se impõem a si próprias, é que a maior parte das casas está dotada de um oratório ou pequena capela, onde abusivamente, se reza a missa nos dias de guarda. É ainda por vida deste constrangimento que no Passeio, faça bom ou mau tempo, a qualquer hora que ali se vá nunca se encontra uma mulher, a não ser estrangeira.*

(...) *Mas se as portuguesas pouco aparecem nas ruas, mostram-se muito às janelas das suas habitações; passam ali três quartos do dia a ver quem passa e a fazerem-se ver por quem vai passando- braços cruzados, cabeça descoberta, por mais frio que faça ou quanto muito, se é Inverno apenas abrigadas com um xaile pelas costas.*

*No interior das suas casas vivem na maior ociosidade; foram acostumadas a não fazer nada- nunca pegam numa agulha, não abrem um livro e passam o dia entre a janela e uma cadeira, na qual ficam preguiçosamente amesendadas, repousando tristemente a sua indolência e o seu tédio»<sup>21</sup>.*

Em Lisboa, as mulheres portuguesas destacavam-se pelo vestuário que ostentavam. As mulheres do povo cobriam a cabeça com um lenço branco caído em bico sobre a nuca e atado na frente com um nó. Usavam nas saídas à rua, um capote largo de lã grossa, que as cobria até aos pés. As mulheres de ordem social um pouco mais elevada e algumas mulheres de artífices substituíam o capote por uma comprida e ampla capa de tafetá preto, que lhes envolvia todo o corpo até meia perna e consoante a sua preferência, andavam de cabeça descoberta ou usavam chapéu ornado com uma pluma negra.

As damas de categoria social elevada, as mulheres dos governantes, de advogados, de médicos e de nobres, vestiam-se consoante o seu gosto e através das modas importadas de França. Geralmente, as lisboetas andavam bem calçadas, sendo frequente o uso do sapato de cetim enfeitados com lantejoulas e bordados a ouro e prata.

Carrère assinalava que a educação das raparigas portuguesas não se fazia nos conventos, como acontecia em França, onde as jovens se formavam para a requintada vida social. Em Portugal, geralmente, as moças que as famílias remetiam aos conventos estavam à partida destinadas a professarem. «*Em Lisboa, há muitos conventos de freiras; não há, porém, o hábito de aí se internar as raparigas que até se casaram, ficam com os pais*»<sup>22</sup>.

Carrère tão detractor e sarcástico da educação feminina lusa enalteceu a beleza e os encantos das portuguesas, «*o amor torna-as engenhosas e hábeis; o seu espírito inventivo, fértil em recursos, nunca lhes falta quando necessitam de apelar para ele. Desde novas habituadas à dissimulação nesta arte se fazem mestras. (...) Os seus lábios raramente expressam o que, em verdade, lhes vai no coração*»<sup>23</sup>.

Carrère aborda-nos genericamente a existência de casas apalaçadas ou «*quintas*» existentes nos arredores de Lisboa. «*Num raio de duas ou três léguas a norte, a oeste e a leste-, Lisboa está circundada de casas de campo, designadas por «quintas».* Algumas são muito belas e na sua maioria apenas têm um jardim, mais

<sup>21</sup>Idem, *Ob.Cit.*, p.132.

<sup>22</sup>Idem, *Ob.Cit.*, p.131.

<sup>23</sup>Idem, *Ob.Cit.*, p.132.

*ou menos vasto, mas geralmente muito bem cuidado. Estes jardins não possuem água corrente, o que é remediado por noras. (...) Em todas estas quintas, os seus proprietários ou aqueles que as trazem de renda, habitam-nas durante metade do ano. Os habitantes de Lisboa têm grande gosto e verdadeira paixão pelo campo. Para ali vão logo no mês de Maio e lá se conservam...»<sup>24</sup>. Efectivamente, os principais e mais nomeados palácios que havia nos arredores lisboetas, em fins de setecentos, eram: o palácio dos marqueses de Fronteira e Alorna, em São Domingos de Benfica; o de Gerardo Devisme, também em São Domingos de Benfica e em Sintra, o de Monserrate; o do Calhariz; o de Penha Verde, em Sintra; o da Bacalhoa, em Azeitão; o de Belas; o da Barroca d'Alva, em Alcochete; o de Daniel Gildemester, em Seteais; e, o das Laranjeiras.*

Carrère considerava a Corte lusa excessivamente simples, não se distinguindo pelo traje, nem pela fala e nem homenagens ao rei e aos nobres. Os soldados da guarda real e os lacaios vestiam-se mal e o dinheiro não abundava para as carruagens, que eram exíguas, antigas, pesadas e mal construídas. Acrescentou que na Corte imperavam os vícios: intriga, subserviência, desconhecendo totalmente o requinte ou a elegância de modos ou de espírito. *«Chega-se à Corte, instalamo-nos, temo-la diante dos olhos e ficamos à procura dela. Apenas nos apercebemos de uma multidão de sujeitos, entre os quais não podemos distinguir quais são os grandes, quem faz parte da Corte, qual é o pessoal do rei, nem sequer quem é o próprio príncipe; tudo ali se baralha e todos se confundem.*

*O príncipe não se rodeia nem de magnificência, nem de representação, nem de majestade.*

*Os cortesãos não dão mais de si que um palavrório afectado, sem pés nem cabeça. Caracterizam-se por uma pose canhestra, completa nulidade de sentimentos, de opiniões, de actividades.*

*(...) Não existe nesta Corte aquela gentileza delicada, o à-vontade, as boas maneiras, a linguagem elegante, fácil, ligeira, nem tão pouco o aspecto nobre e descontraído, a graça honesta e discreta, que distinguem muitas das cortes europeias.*

*Outrossim na Corte portuguesa não se pratica a conversa fácil, o calor na argumentação, a dignidade da presença, nem sequer aquele verniz sob o qual se disfarça a lisonja e a corrupção; tudo nu e cru.*

*(...) Estes soldados (da guarda real), mal penteados e mal fardados montam cavalos de várias raças, de cores diferentes, magros, com arreios amarrados por cordas, não dando, portanto, ideia brilhante da Corte.*

*As carruagens são caixas enormes pelo volume, maciças, pesadas, antiquadas, sem ornatos, muito usadas; as suas pinturas, sujas e estaladas, denunciam as injúrias do tempo; os seus balanços irregulares acompanham os solavancos das rodas e das correias. A maior parte delas não têm vidros e são vedadas com cortinas de couro que fecham e abrem quando menos se quer.*

*Os lacaios, pelas librés e pelo aspecto geral, estão à altura da mesquinhez das carruagens; uns vão a pé na parte de trás da carruagem, outros acompanham-na a pé (...). (...) Não se apresentam penteados nem empoados e a maior parte deles usa meias de lã.*

<sup>24</sup>Idem, Ob.Cit., pp.54, 55 e 57.

(...) Os portugueses ajoelham quando servem e falam aos seus soberanos e o povo ajoelha sempre que eles passam na rua ou na estrada»<sup>25</sup>.

Carrère considerava que o palácio onde vivia o rei não era condigno da sua condição. O da Ribeira ardera em Novembro de 1755 e a Real Barraca de Belém incendiara-se em Novembro de 1794, portanto, as residências reais eram o Palácio de Queluz e o de Salvaterra de Magos, considerando-os «(...) casas reais fora de Lisboa (...). (...) São compostas por diversos corpos, construídos em diferentes épocas, sem nenhuma ordem arquitectónica, sem simetria e sem ornamentos. Os interiores são acanhados, nus, mal distribuídos, mal mobilados, onde não se encontra aqui qualquer decoração, qualquer móvel rico ou de gosto moderno; tudo é velho e usado»<sup>26</sup>. O autor francês, ainda, abordou o Palácio das Necessidades, situado no extremo ocidental de Lisboa, considerava-o pequeno, incómodo e insuficiente para albergar a Corte, mas assinalava os seus belos jardins.

As distrações da Corte eram nulas e ridículas, a partir da morte de D. José. «Quanto a divertimentos, não há nenhuns nesta Corte. O falecido rei D. José I tinha grande predilecção pela música e mantinha no seu palácio excelentes espectáculos de ópera, mas depois da sua morte, a rainha, sua filha, despediu os músicos e não tem outro divertimento que não seja o convívio com padres e frades e as visitas aos conventos de freiras.

O príncipe do Brasil só pratica a caça como passatempo, no qual sua esposa por vezes o acompanha. Ambos, porém, passam a maior parte do tempo encerrados nos seus aposentos e raramente reúnem a Corte. Não frequentam os espectáculos e só aparecem nos dias de gala, quando a etiqueta determina. Para as cerimónias de beija-mão, a Corte é convocada. Os príncipes só aparecem publicamente por ocasião das celebrações religiosas que exigem a sua presença»<sup>27</sup>. Em suma, tudo na Corte lusa era «uniforme, medido, monótono e nunca ali há concertos musicais, espectáculos ou festas».

Os funerais em berlindas ou coches da Casa Real eram uma distinção social concedida pelo rei em seu nome ao defunto ou à família dele. Não era como Carrère supunha tratar-se de um negócio. O uso do transporte dos defuntos em berlindas ou coches da Casa Real prolongou-se até 1910.

Carrère em nota aos leitores referiu a existência de 73 títulos da nobreza lusa: dois duques, dezoito marqueses, quarenta e seis condes, dois barões e cinco viscondes. Constatava, todavia, somente a existência de cinquenta e três casas aristocratas porque na mesma casa havia uma grande concentração de títulos. Carrère, deste modo, contou dois duques, ambos também marqueses e um deles, além de marquês era conde. Reportava-se ao duque de Cadaval, que era cumulativamente marquês de Ferreira e conde de Tentúgal e ao duque de Lafões, que era simultaneamente marquês de Arronches. Apurou, ainda, dezasseis marqueses que eram cumulativamente condes.

Carrère considerava que os nobres lusos não eram grandes nem pelas suas riquezas, nem pelo luxo apresentado, nem pela sua magnificência e nem pela sua

<sup>25</sup>Idem, *Ob.Cit.*, p.58.

<sup>26</sup>Idem, *Ob.Cit.*, pp.54, 55 e 57.

<sup>27</sup>CARRÈRE, Joseph Barthélemy-François, *Ob.Cit.*, p.112.



representação. Carrère citou a obra de Dumouriez acerca da caracterização dos nobres portugueses, considerando-os mais cultos do que os nobres espanhóis, mas iguais por ambos serem pouco comunicativos, altivos e ciumentos no tratamento para com as suas mulheres. Muito poucos tinham cargos porque eram poucos os admitidos pelo Estado, «(...) levaram a audácia, a tirania e a independência até há pouco, desde a época da aclamação em 1640 até ao regicídio em 1766. O conde de Oeiras aproveitou este ensejo para os submeter e abaixar, a donde nunca mais se elevaram. Mas desde a desgraça do marquês de Pombal já tal não acontece»<sup>28</sup>.

Um capítulo sobre a literatura portuguesa escrita por quem, certamente, não conhecia a língua portuguesa, foi um ensaio muito genérico, conjectural e arbitrário. «*Em tudo o que escrevem abundam as palavras retumbantes, as exclamações, as redundâncias, a ostentação vaidosa. As ideias são vulgares ou absurdas ou então importadas de fora. Ostentam, ridiculamente, um desdém fingido pelos escritores estrangeiros que imitam ou plagam. O estilo é rasteiro e empolado. Raramente se encontra aqui a graça, a finura e a beleza forte e original. Não há composições rigorosas e transcendentais, ideias originais, surpreendentes, nem a variedade fecunda e sublime da Natureza.*

*Os portugueses escrevem pouco e traduzem mais do que escrevem, apropriando-se assim das obras estrangeiras. Nas suas traduções, porém, as obras originais são mutiladas e ficam irreconhecíveis depois de terem passado pela tiragem da censura»*<sup>29</sup>.

O capítulo intitulado “Superstição Nacional” funciona como se tratasse de uma síntese irónica de todo o livro. A reposição dos factos e a contestação a alguns erros referidos, foi sendo feita ao longo da obra, através de pequenas anotações marginais, mas não nos parece agora oportuno, vir agora repisar novamente nos mesmos erros, ignorâncias, invenções e calúnias e correlacionando-as ironicamente com algumas correcções. Apenas, aqui se anotaram algumas referências que escaparam aos capítulos anteriores. «*Pobre povo! Como podes tu estar tão enganado? Como podes iludir-te tanto sobre a tua profunda ignorância em todos os géneros, sobre a tua pouca civilização, sobre a mediocridade dos teus monumentos, a mesquinhez das tuas edificações, sobre as imperfeições da cidade que habitas, sobre a simplicidade mesquinha da Corte do teu príncipe e do palácio que ele habita? Como podes tu desconhecer a superioridade das outras nações, mesmo da que é inferior a todas as outras, e tu desprezas, a da Corte de Espanha?*

*(...) Sai do teu país, corre mundo, percorre a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, a Rússia e até a Espanha; observa, admira, reflecte, humilha-te e envergonha-te-às de teres nascido português, corarás de confessar onde nasceste e concordarás então que o teu país é o mais atrasado, o mais ignorante, o menos civilizado, o mais selvagem e bárbaro de todos os países da Europa»*<sup>30</sup>.

Quando veio a Portugal, em 1797, Link era já um botânico de renome pelo

<sup>28</sup>CARRÈRE, Joseph Barthélemy-François, *Ob.Cit.*, p. 145.

<sup>29</sup>LINK, H.F., *Travels in Portugal and through France and Spain with a Dissertation on the Literature of Portugal and the Spanish and Portuguese Languages*, London, printed for T.N. Longman Henry Frederick Link and O. Rees, Paternoster Row, 1801, pp. IV e V. \*\* Tradução feita do original em Inglês.

<sup>30</sup>CARRÈRE, Joseph Barthélemy-François, *Ob.Cit.*, p. 145.

que estudou a flora portuguesa. «Para a flora preparámos o manuscrito ainda em Portugal, e ainda continua recebendo adições através de diligências do conde, que tem extraído todas as novas e desconhecidas plantas no método que prova o seu conhecimento de botânica e os grandes talentos com os quais persegue aquela ciência (...) a nossa atenção principal dirigiu-se para a investigação de trabalhos da natureza, especialmente para as riquezas botânicas do país, com uma actividade e entusiasmo o que nenhum dos amores verdadeiros daquela ciência sedutora consegue formar uma ideia adequada»<sup>31</sup>.

Link nesta sua digressão por Portugal acompanhou o conde de Hoffmannsegg, que o considerava «(...) zeloso patrono activo de História Natural, (...) é mesmo ele um tão perito na ciência, estando desejoso de um colega nas suas viagens por Portugal não totalmente inexperiente em Botânica e Minerologia, tive a honra de ser escolhido para aquele cargo importante»<sup>32</sup>. Juntos percorreram o país de norte a sul à procura de plantas desconhecidas, elementos com os quais Link elaborou o seu trabalho intitulado “Flore portugaise ou description de toutes les plantes qui croissent naturellement en Portugal”, considerado um enorme manancial pelos especialistas.

O exotismo da Península Ibérica serviu de base à especulação de pensadores e de filósofos, no entanto, deve dizer-se que muitos dos viajantes reconheceram este facto e tentaram corrigi-lo. Estão neste grupo o sueco Karl Israel Ruders, o irlandês Robert Southey e Link, que ao regressar ao seu país no fim de setecentos teve a curiosidade de ler os relatos sobre Portugal, que acabara de percorrer. Os erros, falsidades e calúnias com que se deparou levaram-no a redigir uma obra que apresentasse uma visão mais correcta da terra e das suas gentes. A análise crítica incluída no prefácio às suas “Travels in Portugal”, versão inglesa, dispensa-nos de outros comentários pela sua justiça: «só depois do meu regresso, relendo as obras de antigos viajantes, verifiquei que nenhum deles havia visto e percorrido tanto o país como eu o fizera. Verifiquei além disso que no geral não possuíam a mais pequena noção da língua portuguesa e que as suas observações eram falsas em parte, ou só aplicáveis em relação aos habitantes da capital, tendo generalizado estas a todo o Reino. Só encontrei nestes relatos censuras abusivamente generalizadas e muito injustas à indolência, à beatice, à perfídia e ao egoísmo dos portugueses, com desagrado verifiquei que nenhum deles se havia dignado descrever os deliciosos vales do Minho onde a cultura das terras rivaliza com a da própria Inglaterra; que estes viajantes não haviam prestado justiça ao carácter dos portugueses que por toda a parte (exceptuando os eclesiásticos, sempre os mesmos em todos os países onde são favorecidos pelos governos); me deram muitas provas agradáveis de espírito tolerante; ninguém proclamou a segurança que gozei no país onde as minhas excursões botânicas afastaram-me da borda da estrada para sítios desconhecidos, e, exausto pela correria do dia, dormi sem cuidado ou apreensão.

Desta maneira agarrei na caneta para defender os meus amigos portugueses, determinando o seu carácter, o seu modo de vida, e a sua agricultura com a qual as minhas

<sup>31</sup>LINK, H.F., *Travels in Portugal and through France and Spain with a Dissertation on the Literature of Portugal and the Spanish and Portuguese Languages*, London, printed for T.N. Longman Henry Frederick Link and O. Rees, Paternoster Row, 1801, pp. IV e V. \*\* Tradução feita do original em Inglês.

<sup>32</sup>Idem, *Ob.Cit.*, p. III.

*últimas ocupações retribuíram-me conhecimento; até que uma mera apologia desenvolveu-se para um livro de viagens»*<sup>33</sup>. Link na sua análise cuidada teve a preocupação de compreender a realidade lusa na sua globalidade, comparando-a até com a da sua vizinha espanhola.

Link fez parte da nata dos viajantes estrangeiros que visitaram Portugal, o grupo de sábios e de letrados, que inclui Baretti, Ruders e Southey.

A obra do botânico Link é realmente paradigmática como roteiro corográfico, económico, social e cultural de Portugal de fins de setecentos. Mencionou a produção agrícola<sup>34</sup>, comercial<sup>35</sup> e industrial, seu aproveitamento e distribuição. Analisou a vida rural e urbana, abordou o teatro, a ópera<sup>36</sup>, as artes e a literatura, na qual destacou o crescente prestígio de «Alcipe» ou da 4ª marquesa de Alorna.

Relativamente à literatura destacou a poesia por ser o género tradicional e o mais genialmente cultivado em Portugal, realçando o relevante e renovador labor intelectual de «Alcipe». «O gosto pela poesia ainda não está extinto neste país. Portugal vangloria-se justamente de ter produzido os maiores poetas da Península, e é inequivocamente superior a Espanha. (...) No mesmo plano pessoas de condição são encontradas na poesia, e isso talvez dará aos meus compatriotas o encanto de aprender a viúva de uma alta personalidade, a condessa de Oyenhausen, filha do marquês de Alorna, e um pátrio de Portugal, tem muito felizmente traduzido para português diversos cantos de Oberon de Wieland. Só é lamentável que ela ainda não tenha conseguido prevalecer em torná-los públicos»<sup>37</sup>.

Continuando o estudo da poesia abordou os vários géneros poéticos, assinalando que o género épico era próprio de todos os grandes poemas, mas que se tornou continuamente mais raro em terras lusas, recorrendo-se constantemente a imitações e traduções do Francês e sobretudo do Italiano. Destacou um poema cómico-heróico intitulado «*Gaticanea ou cruelíssima guerra entre os cães e os gatos*» de João Jorge de Carvalho, publicado em Lisboa no ano de 1794.

Realçou, igualmente, o género bucólico, o mais favorito dos portugueses

<sup>33</sup>Aludiu, por exemplo, à prática agrícola alentejana referindo que os solos respectivos estavam bem cultivados e, que portanto, havia três tipos de solos: 1º- fértil, negro de terra sólida que encontrar-se-ia na argila de Elvas, Campomaior, Olivença, Fronteira, Estremoz, Beja e Serpa; 2º- terra mais alta misturada com areia que encontrar-se-ia à volta de Évora e de Arraiolos; e, 3º- estéril, arenoso que formaria as charnecas de Cantarinho, Ponto-de-Sor, Montargil, Tancos e Vendas Novas numa extensão de trinta léguas em circunferência. Idem, *Ob. Cit.*, pp. 157 e 158.

<sup>34</sup>Na versão francesa da sua obra, Link escreveu um “Ensaio político sobre o Comércio de Portugal e das suas colónias”, que se divide em três partes: 1- as vantagens que Portugal podia retirar das suas colónias, especialmente do Brasil; 2- os benefícios que Portugal podia retirar das suas colónias nas outras três partes do mundo e o interesse de Portugal relativamente às outras potências; 3- um olhar geral sobre todo o reino. Link, *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799. Et faisant suite à son voyage dans le même Pays*, t.3º, Paris, Chez Lavrault, Schoell et Cgnie Libraires, 1805.

<sup>35</sup>Eis o testemunho de Link sobre a ópera italiana em Lisboa: «(...) um dos principais divertimentos dos ricos é a Ópera italiana, que não é suportada pela Corte, mas por individualidades privadas. Era naquele tempo em todos os aspectos excelente, (...) o melhor de todos os executores estava incluído naquele tempo, quando os franceses ocuparam Roma e destronaram os castrati da grande ópera. Crescentini eclipsava todo o resto». Idem, *Travels in Portugal...*, p. 215.

<sup>36</sup>Idem, *Travels in Portugal...*, pp. 480 e 481.

<sup>37</sup>As *Rimas* compunham-se de sonetos, de odes, de canções, de idílios e de algumas fábulas.

atraídos pela sua simplicidade. Consideramos, aliás, que a simplicidade bucólica viria a ser um tónico que acabaria por facilitar parcialmente a emergência do culto do eu e da reflexão sobre a própria individualidade no desabrochar do lirismo pessoal pré-romântico de «Alcipe», de José Anastácio da Cunha, de Luís António Gonzaga e de Barbosa du Bocage. Link contestava que Barbosa du Bocage fosse um dos poetas da «modernidade» mais preferidos de então, com a publicação das suas “Rimas”<sup>38</sup> editada em Lisboa e no ano de 1794. Link assinalava que Bocage ainda era vivo, mas que era muito pobre e que tinha sofrido várias desgraças, as quais o obrigaram, à semelhança de Camões, procurar fortuna na Índia. Refere, ainda, que nos poemas de Bocage prevalecia uma melancolia casta, que lhe permitia expressar-se com toda a indignação.

Link destacou as “Líricas” de Medina, autor originário da Madeira. Esta obra tinha poemas excelentes, que ambicionavam a força e a riqueza dos poemas de Bocage e possuem sentimentos, descrições animadas de belas cenas da natureza.

Relativamente à prosa, Link considerava tradicionalmente os escritores lusos não terem um grande valor qualitativo, sendo inferiores aos espanhóis. Denunciou o estilo da prosa portuguesa por ser sempre o mesmo, impregnado de obscuridades intrincadas, de repetições e de digressões. Referiu, ainda, que todas as produções em prosa do reinado de D. João V e do início do reinado de D. José apareceram com a única distinção de serem horríveis, portadoras de um estilo retumbante e de um péssimo gosto. Link considerava que o máximo destes escritos «absurdos» fora atingido com o padre Rafael Bluteau, o «*autor desta corrupção*». No entanto, assinalou com grande agrado o facto de a prosa nos últimos 25 anos de Setecentos estar a registar escritores lusos meritórios e capazes de exceder os espanhóis.

As novelas continuariam muito pobres, sendo os novelistas portugueses muito inferiores aos espanhóis e, por isso, recorriam ao clássico uso da tradução de novelas francesas e de algumas inglesas. Destacou a existência de uma colecção de novelas intituladas “Lances de Ventura, Acasos de desgraça e Heroísmo da virtude; Novelas oferecidas à nação portuguesa para seu divertimento” publicadas em cinco tomos e no ano de 1794.

Link assinalava que a história da literatura portuguesa tinha sido muito negligenciada depois da publicação do trabalho de Barbosa Machado, sendo o último “Sumário da Biblioteca Lusitana” um extracto deficiente do trabalho do mesmo autor.

Para uma melhor informação sobre a cultura portuguesa, Link enumerou as então existentes instituições nacionais, as academias<sup>39</sup>: a Academia das Ciências,

<sup>38</sup>Link definiu o conceito de Academia do seguinte modo : «*a academia consiste em membros honorários, como ministros de Estado, e pessoas de alta categoria de Lisboa; 2º membros estrangeiros; 3º sócios veteranos; 4º membros que desempenham funções dentro de três classes, História Natural, Matemáticas e Literatura; 5º membros livres e um grande número de membros correspondentes, que Kastner vem à cabeça*». Idem, *Travels in Portugal...*, p. 226.

<sup>39</sup>«(...) Só um jornal político é publicado em Portugal chamado *Gazeta de Lisboa*, e todos os jornais estrangeiros são proibidos. Por isso as notícias políticas chegam um tanto tardiamente, e às vezes muito tarde; mas então

fundada no reinado de D. Maria I, presidida pelo 2º duque de Lafões, secretariada por D. José Correia da Serra que, em virtude de se encontrar em Londres, foi substituído por D. Francisco de Borja Garção Stockler. Como publicações fomentadas pela Academia destacou os seis volumes das “Memórias da Literatura Portuguesa” que era uma compilação de história e das leis nacionais, sendo seguidas por três partes das “Memórias Económicas” e duas partes, em que uma versava sobre o método de cultivo e de estrume dos solos e outra versava sobre o vinho; a Academia de Geografia (1779), cujos membros haviam já apresentado um novo mapa do país para publicação posterior; o Colégio dos Nobres num muito excelente e extenso edifício, fundado em 1761; a Academia Real dos Guardas-Marinheiro, fundada em 1782; a Academia Real da Marinha, instituída em 1779 e a Academia Real da Fortificação formada em 1799.

Link assinalava a existência de três bibliotecas públicas, em que a principal se situava num edifício amplo na praça do Comércio, que continha muitos trabalhos relevantes e alguns documentos sobre História Natural. A biblioteca beneditina do Mosteiro de Nossa Senhora de Jesus tinha a colecção completa da literatura lusa e da «moderna» literatura espanhola, as séries completas da “Encyclopédie de l’Ordre des Matières”, os trabalhos em latim de Wolf, a “História da Filosofia” de Brucker e outras publicações comuns às várias bibliotecas dispersas pelo país. E a biblioteca do Mosteiro de São Vicente de Fora, a qual constatou não estar de facto aberta ao público. Continha uma colecção muito completa dos mais pequenos trabalhos lusos.

Abordando as lojas de livreiros em Lisboa, reparou que este negócio estava praticamente todo entregue a estrangeiros, destacando a sociedade Bertrand & Filho situada nas imediações da igreja de Nossa Senhora dos Mártires, acima do Chiado.

Reportando-se às publicações periódicas lusas, Link destacou a existência de um só jornal político, a “Gazeta de Lisboa”<sup>40</sup>, a inexistência de jornais literários o que, aliás, seriam contrabalançados ou nivelados por baixo pelos jornais humorísticos como o “Almocreve das Petas”<sup>41</sup>.

A Família Real, de referência obrigatória, era objecto de descrições e comentários breves e a Corte era considerada de uma simplicidade excessiva.

---

*a sua autenticidade possa ser relida, excepto quando a frase dúbia dizem está incluída. Nenhuma distinção feita ao observar a demora entre notícias favoráveis e as contrárias». Idem, Travels in Portugal..., p.477.*

<sup>40</sup>«Neste país não há jornais literários, revistas, etc, só novos trabalhos estão anunciados brevemente na Gazeta de Lisboa, e amontoados impressos são informados como em Londres e Paris. Na universidade de Coimbra e em numerosas instituições literárias de Lisboa não aparecem publicações ocasionais. (...) Num país onde tão pouca atenção é prestada aos jornais de literatura não podia ser bem sucedido. Em Lisboa, todavia, é publicado semanalmente um papel chamado Almocreve das Petas, que é muito lido, e contém anedotas divertidas, incidentes, poemas, etc. O Almocreve é em português, como o Arreiro em espanhol, significa um portador ou um condutor de mulas que leva boas de lugar em lugar, e peta é uma bagatela: o título por conseguinte significa o correio das ninharias. Os incidentes são geralmente desinteressantes, as anedotas mal escolhidas, e não melhor ditas; não obstante podem ser aviltadas, no meio delas algumas boas. Elas são raras sem alguma alusão pessoal; (...) são iguais ao geral de muitas das histórias, que raramente enriquecidas com algum rasgo feliz de sátira». Idem, Travels in Portugal..., pp. 478 e 479.

<sup>41</sup>Idem, Travels in Portugal..., pp. 329 e 330.

«Duas léguas para além de Belém entre altas colinas, num vale solitário fechado, está a residência real de Queluz. (...) Aqui a Corte reside na maior tranquilidade, exceptuando em determinados dias, que são os dias de gala: mas a rainha (D. Maria I) neste tempo, em consequência do estado de melancolia da sua mente, não aparecia por muito mais tempo. O príncipe regente (futuro D. João VI) não estava induzido para o trono, tornou-se o primeiro pela expectativa da morte do seu irmão mais velho (D. José), o príncipe muito querido e lamentado, e que morreu de uma pequena varicela. Ninguém duvida das naturais boas qualidades do príncipe do Brasil, mas os seus talentos são questionados, e é receado que ele não escape ao jugo do clero, pelo que a sua mãe é então muito oprimida. Ele não tem umas paixões admiráveis ou inclinações, excepto talvez, aquela para a caça. A princesa é uma mulher bem-naturada, (...) ela é muito fértil, e parece estar muito contente»<sup>42</sup>.

Link considerava Lisboa uma cidade mal iluminada, suja, com um número considerável de cães vadios que vagueavam nas ruas como se se tratassem de lobos esfomeados, a polícia estava impregnada de ruindade para com os estrangeiros e tudo isto contribuiria para uma má administração encabeçada pelo intendente-geral da polícia, Diogo Inácio Pina Manique.

Outro aspecto de análise que Link privilegiou foi o que se reporta às mulheres lusas. O autor, assim, deu-nos conta do vestuário das portuguesas, «(...) as damas jovens também vestem um manto similar, como usam ambos os homens e as mulheres de categoria considerável, só que eles vestem com várias cores, e geralmente figurados. (...) Sob este manto feito à moda de Londres ou de Paris as mulheres de classes mais baixas usam um lenço de assoar na cabeça (...) algumas usam a malha espanhola (redesilla) mas nunca o véu espanhol. Entre as ricas, que perseguem as modas europeias, aqui vimos uma com o seu cabelo atado com uma fita. As mulheres camponesas à volta de Lisboa vêm para a cidade com um corpete vermelho e uma capa de veludo negro»<sup>43</sup>.

Notava, ainda, que as mulheres lisboetas solteiras não estavam autorizadas a executarem qualquer papel nos teatros e nas óperas italianas, sendo substituídas pelos *castrati*. Abordava, por fim, sobre as mulheres portuguesas uma distinção de pronúncia das palavras entre as do norte e as do sul do país, «(...) as mulheres quase sempre em lugar de adeus (adieu) usa o diminutivo adeusinho. É uma peculiaridade de todas as províncias do norte que o eh é pronunciado como uma forte aspiração espanhola, ao passo que no sul de Portugal a pronúncia é similar de França»<sup>44</sup>.

Link assinalou com uma imparcialidade invulgar as causas do atraso civilizacional português e das deficiências crónicas nacionais. Tudo isto numa linguagem viva e corrida, que deixa ainda hoje o leitor actual interessado na suas cogitações. «Várias manufacturas se encontram num estado muito florescente; mas a maior parte delas que têm sido estabelecidas por Pombal estão em decadência.

Portugal não pode tornar-se rico por ele mesmo. As colónias não enriquecem um Governo; o seu entendimento é muito dispendioso. Um tal Governo não pode fazer outra

<sup>42</sup>Idem, *Travels in Portugal...*, pp. 333 a 337.

<sup>43</sup>Idem, *Travels in Portugal...*, pp. 314 e 315.

<sup>44</sup>“Carta para Thomas Southey, Lisboa, 5ª feira, 1 de Maio de 1800”, SOUTHEY, Robert, *Journals of a Residence in Portugal, 1800-1801 and a visit to France, 1838 : supplemented by extracts from his correspondence*, Oxford, Clarendon Press/Oxford University Press, 1960, p. 78.

*coisa que dar senão os meios aos indivíduos para se enriquecerem; a fortuna destes últimos sustêm então o Governo, como ela tem lugar em Inglaterra. Não se fez nada de semelhante em Portugal; Pombal tomou sempre medidas más: a rainha actual nada fez.*

*Os soldados cheios de zelo, a que faltam as primeiras necessidades da vida; os oficiais indigentes, desprezados, nos quais as pessoas não têm confiança;*

*(...) Se viaja por todo o país em segurança; uma justiça severa fiscaliza o povo. Mas ela não fez ofender os homens que têm alguma influência; se teria a recear a prisão e o banimento. Em geral, um golpe de punhal é vulgarmente a seguir duma ofensa.*

*(...) Pombal sobrecarregou com um jugo de ferro a nobreza e o clero e introduziu como Richelieu, um Governo ministerial, para o qual possui a energia, mas nada de capacidade. Uma rainha débil não pode destruir o bem que ele fez, mas também ela não pôde reparar as suas faltas»<sup>45</sup>.*

Link na sua dissertação sobre a literatura portuguesa discerniu sobre as causas da sua respectiva negligência: *«em défice, não há pessoas que queiram informar-se sobre o presente estado da literatura, ou capazes de avançar em modernizá-la; mas há talvez uns homens cicatrizados profundamente sábios, que perseguem as ciências para as suas próprias causas. Porquê então esta universidade (Coimbra) geralmente em vigor fez tão pouco? (...) Uma Censura rigorosa da Imprensa, e a Inquisição que ainda é o terror dos sábios, são motivos suficientes para reprimir todo o espírito de empreendimento, e todas as ciências estão relacionadas simultaneamente, eles dividem umas e outras a sorte»<sup>46</sup>.*

A nível regional, Link igualmente reflectiu sobre as causas do empobrecimento de Coimbra e, concluiu que elas derivavam do número excessivo de mosteiros e de igrejas que ao tentarem ser auto-suficientes economicamente não contribuíam para o comércio dos produtos agrícolas. A universidade ao ser um meio insuficiente para sustentar unicamente a cidade e o Mondego, que era um rio mau que durante o Inverno inundava os campos e no Verão «rastejava» lentamente no seu leito, o que constituía um obstáculo sério à navegação<sup>47</sup>.

Link nos seus juízos equilibrados sobre o nosso país teve o cuidado de separar o que ouviu e leu do que presenciou *in loco* e, assim, pôde rebater os eventuais equívocos e a lenda negra que tendia a subsistir sobre os povos ibéricos, sobretudo os portugueses. *«(...) Todos (os portugueses) têm uma pele menos branca que os habitantes do Norte, e os olhos negros. Mas logo que os autores querem encontrar no seu sangue os negros, eles marcam a malevolência e a ignorância no que concerne a confirmação dos negros.*

*Diz-se que os portugueses são apáticos: um povo preguiçoso não penetra nas terras desviadas, como os Portugueses fazem ainda hoje no interior de África, das Índias Orientais e do Brasil. Mas, se lança um olhar sobre o povo; que louva um macho por um dia, e se o considera o condutor que percorre a costa. Logo que ele não tem nada a ganhar, a preguiça não pode ser uma censura.*

*Os ingleses dizem que os portugueses são homens pérfidos; não aceitam os duelos, mas vingam-se como assassinos. É sem dúvida uma grande censura; mas um defeito não*

<sup>45</sup>Idem, *Travels in Portugal...*, pp. 333 a 337.

<sup>46</sup>Idem, *Travels in Portugal...*, pp. 300 e 301.

<sup>47</sup>Idem, *Travels in Portugal...*, pp. 314 e 315.

*decide nada.*

*(...) Diz-se que os portugueses são devotos e fanáticos. Os seus padres os conservam na ignorância e lhes restituem a religião mais agradável possível. Jamais a nação tem sido fanática, mesmo então que os seus reis o fossem. É certo que por toda a parte onde reina o demónio da hierarquia, nada prospera; tudo se destrói nas suas mãos. Os padres não são sempre ignorantes; mas por toda a parte há uma facção que se opõe ao âmage da razão; e desgraça o país, onde o Governo se protege!*

*Se se deve atribuir alguns rasgos característicos à nação portuguesa, têm a agilidade, a vivacidade, a loquacidade e a cortesia»<sup>48</sup>.*

Robert Southey (poeta e polígrafo inglês) esteve em Portugal trazido por um tio em 1795 e esteve outra vez no nosso país, entre 1800 e 1801.

No ano de 1800 redigiu, em Sintra, a segunda metade do seu poema «Thalaba» que tanta influência viria a exercer em Walter Scott e em Schelley. Em 1801, concluiu uma parte do «Course of Kehama».

Em Portugal começou a juntar o material necessário para escrever uma História de Portugal, sendo essa a sua grande ambição que dedicaria muitos anos da sua vida a esse labor, mas que não pôde acabá-lo.

Foi possuidor da maior colecção de livros e de valiosos manuscritos portugueses em Inglaterra.

Uma primeira viagem a Portugal em 1795 por razões familiares, despertou-lhe a curiosidade pela nossa cultura, com a qual contactara apenas através de algumas leituras. De regresso à Inglaterra, publicou a obra *Letters Written during a short residence in Spain and Portugal*, que obteve algum sucesso e onde deu conta das suas primeiras impressões peninsulares. Embora se espantasse com a beleza natural de Lisboa, quando avistada do Tejo se destacavam as sete colinas sobre as quais se ostentava o imponente Aqueduto, «(...) não é possível conceber a cena mais magnificente do que a entrada no Tejo, e a gradual aparição da bonita cidade sobre as margens»<sup>49</sup>. Southey de acordo com a experiência própria das várias vicissitudes em residir na capital lusa, passou a destacar as mais diversas críticas, que iam desde a falta de higiene pública e privada até à ausência de escoamento de águas nas ruas em épocas de chuva intensa. «(...) Há um assombroso número de cães aqui que não diz respeito a ninguém, e aborrece toda a gente: os animais felizmente devoram grande parte do que é descarregado das janelas, (...). Os ratos, que vivem entre as velhas ruínas, vêm para partilhar o banquete com estes animais que vivem juntos no mais amigável dos termos. Muitos destes cães têm as suas orelhas erectas, e alguns sem pêlo, talvez de raça turca.

*A imundice desta cidade é de facto assombrosa; tudo é arremessado para a rua, e todo o lixo da cozinha, e animais mortos são expostos a estes tórridos sóis. (...) se caminhares por baixo das casas és atingido por jorros de água; se tentares o meio, há uma torrente; irias entre os dois, há um monte de estrume. Quando chove severamente algumas das*

<sup>48</sup>Idem, *Travels in Portugal...*, p. 333 a 337.

<sup>49</sup>“Carta para Thomas Southey, Lisboa, 5ª feira, 1 de Maio de 1800”, SOUTHEY, Robert, *Journals of a Residence in Portugal, 1800-1801 and a visit to France, 1838 : supplemented by extracts from his correspondence*, Oxford, Clarendon Press/Oxford University Press, 1960, p. 78



*ruas são como rios: vi a água impetuosa abaixo pela rua de São Bento mais do que três pés profundos. Enquanto o ribeiro ainda não enche totalmente o caminho, algumas das mais consideráveis pessoas fazem um tipo de ponte sobre ele, colocando uma tábua grossa em cima de duas vigas ou barricadas; e é a travessia mais frequentada por Galegos ou Galaicos, que são os porteiros ao longo da passagem, ficando para transportar as pessoas; mas algumas vezes, é impossível, a corrente movimenta-se com tanta força que nenhuma pessoa pode fumejá-la»<sup>50</sup>.*

Southey não nos esconde o seu espanto, apesar da sujidade proliferar nas ruas lisboetas, de as epidemias serem raras. As ruas estreitas, as casas e a alimentação composta essencialmente de peixe salgado não era impeditivos de os lisboetas serem tão saudáveis como quaisquer outros habitantes do mundo.

Southey ao estudar a cultura portuguesa tornou-se brevemente num eminente lusófilo. «As nove excelências da língua Portuguesa:

1ª exc.- a grande antiguidade. Uma das setenta e duas línguas dadas por Deus aos construtores de Babel, sendo trazida para Portugal por Tubal;

2ª exc.- tem toda a qualidade que a língua deve ter possuir para ser perfeita;

3ª exc.- pronúncia harmoniosa para a língua portuguesa;

4ª exc.- brevidade da língua portuguesa;

5ª exc.- ortografia perfeita da língua portuguesa;

6ª exc.- aptidão da língua portuguesa para qualquer tipo de estilo;

7ª exc.- grande semelhança da língua portuguesa com o latim;

8ª exc.- o vasto alcance de campo onde a língua portuguesa é falada;

9ª exc.- o elogio que muitos autores têm concedido junto da língua portuguesa»<sup>51</sup>.

Adianta-nos que «muitos dos portugueses gastaram as suas habilidades escrevendo em Latim em vez de enriquecerem a sua língua nativa. A colecção da sua poesia foi tentada há alguns anos.

Os poetas vernáculos têm sido mais felizes. O mais velho e o melhor têm sido reeditados, e um deles, Pedro Andrade Caminha, publicado o manuscrito pela primeira vez pela Real Academia»<sup>52</sup>.

Southey aborda-nos a produção épica, assinalando os nomes de Luís Vaz de Camões, de Francisco de Sá de Meneses autor de “Malaca Conquistada”, de Gabriel Pereira de Castro autor da “Ulysses”, de Miguel Maurício Ramalho autor de “Lisboa Reedificada” e do Padre José de Santa Rita Durão autor de “Caramuru”.

Destacou as traduções lusas feitas aos poemas de sir William Jones, «Persa», «Estações de Thomson», «Paraíso Perdido», «Viagens de Gulliver», «Noite por entre jovens» e da comédia «Genealogista» e da tragédia «Conquista do Perú».

Realçou, ainda, como pólo aglutinador e difusor da cultura lusa, o legado intemporal histórico-literário de Coimbra. «(...) Coimbra é o sítio que o historiador e o poeta dificilmente desperdiçam o olhar em qualquer tempo; tudo aquilo que foi

<sup>50</sup>“Carta XV, Sábado, 30 de Janeiro”, Idem, *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*, 2.ª ed., London, T.N. Longman and O Rees, 1779, pp.213 e 214.

<sup>51</sup>“Carta XXVI”, Idem, *Ob.Cit.*.

<sup>52</sup>“Carta 2 para John May, 18 de Fevereiro de 1800”, Idem, *Ob.Cit.*, p. 64.

*interessante na história ou na literatura de Portugal centrou aqui; e vi a cidade com a forte recolha de tempos idos e de velhos heróis»<sup>53</sup>.*

Seguem-se-lhe até ao ano de 1800, projectos de tradução de autores portugueses só parcialmente realizados e a publicação frequente de artigos sobre a nossa cultura em revistas inglesas da época.

Motivos de saúde, o desejo de renovar e de aprofundar o seu conhecimento da literatura e da história lusa determinaram uma segunda viagem ao nosso país, cujo relato deu à estampa durante o ano de 1801, já como lusófilo consagrado. - «Tenho-me ocupado com frivolidade já à História de Portugal, e o interesse que tomo nesta empresa me fará visitar o campo de batalha de Ourique e as bandas do rio Mondego e a sepultura de Inês de Castro. (...) Os costumes e a literatura do país acompanhariam a ordem cronológica dos eventos»<sup>54</sup>;

- «Estou em bons espíritos, e tenho a definir um objecto importante em vista a saber para redigir a História de Portugal, um trabalho sobre o qual gastarei muita ocupação, e o qual, senão miseravelmente auto-defraudar, consigo fazer como tão bem o deve ser feito»<sup>55</sup>;

- «(...) a pequena relação que Portugal tem tido com políticas gerais dá a totalidade e unidade para a história; e nenhum país nela em raiz sempre revelou mais acções esplêndidas ou exibiu a mais importante lição na queda dela. Isso será necessário saber a bem do país do qual escrevo, e para ser familiar com a situação de cada cidade famosa para o sítio, e cada campo famoso de batalha. Empenharei, também, para fazer o que a história ainda nunca fez, para introduzir dentro da narrativa os comportamentos da idade e pessoas»<sup>56</sup>;

- «a minha intenção é seriamente para empreender a História de Portugal, e para qualificar-me para a tarefa viajarei sobre todo o pequeno Reino, e compreenderei bem o lugar de cada sítio que venha a ser objecto do meu ofício de escrita»<sup>57</sup>;

- «(...) para a história do Reino levarei de casa todos os materiais e o maior requisito do saber. Para a história da Poesia ou melhor de toda a Literatura, terei o esqueleto»<sup>58</sup>.

O seu estudo radiográfico sobre os Estados Peninsulares é tão profundo que induz o leitor a reflectir acerca da problematização da independência lusa na centúria de Setecentos. «Estado de Portugal. Resumo de um papel escrito antecipadamente pelo Secretário de Estado Português nesta centúria e nunca impresso.

*As vantagens que a Espanha possui sobre Portugal, consiste em:*

1º a relação Bourbon

2º extensão do território

3º conseqüente superioridade numérica da população

<sup>53</sup>Carta 5 para Thomas Southey, Bristol, 28 de Março de 1800”, Idem, *Ob.Cit.*, p. 68.

<sup>54</sup>Carta 6 para William Taylor”, Idem, *Ob.Cit.*, pp. 68 e 69.

<sup>55</sup>Carta 18 para Charles Watkin William Wynn, 15 de Julho de 1800”, Idem, *Ob.Cit.*, p. 94.

<sup>56</sup>Carta XXIX”, Idem, *Ob.Cit.*, pp. 381 a 383.

<sup>57</sup>BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve, comparé aux autres États de l’Europe, et suivi d’un coup d’œil sur l’état actuel de Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts parmi les Portugaises des deux Hemisphères*, 2 vol.s, Paris, Chez Rey et Gravier Libraires, 1822.

<sup>58</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol.1, p. 11.

\*\* As citações foram traduzidas do original em Francês.

4º das forças do mar e da terra

5º e por causa da riqueza estrangeira e interna; os regulamentos espanhóis são mais produtivos: e nenhuma província em Espanha produz o que a outra não quer, há sempre um mercado interno; os espanhóis gostam sabiamente trazer vestido as manufacturas do seu próprio país; ao passo que os portugueses seguem tudo das modas estrangeiras, e preferem quaisquer manufacturas estrangeiras às suas próprias»<sup>59</sup>.

Sobre os costumes, Southey acentuou a atrocidade, a arbitrariedade e o dramatismo que revestiam as execuções dos condenados portugueses. «O modo de execução é horrível. O réu é atado: o cirurgião desenha uma linha com giz ao longo da garganta, e o executor segue-a com uma comprida faca afiada; mas este modo de decapitação é privilégio dos fidalgos, e os plebeus são pendurados.

(...) Os nobres portugueses usam em silêncio uma medalha nos nove dias por ano como memória deste erro fatal»<sup>60</sup>.

Southey criticava, ainda, o catolicismo em geral, embora admirasse a sumptuosidade das procissões.

Registamos que o trabalho do geógrafo Adrien Balbi num poderoso *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*<sup>61</sup>, publicado em Paris, no ano de 1822, foi a fonte histórica mais fiável pelas suas notas cientificamente organizadas. A sociedade mariana e já a joanina desafiaram nestas páginas a observação e a crítica, com bastante interesse.

Balbi no seu "Essai" referiu conscientemente os propósitos inovadores, científicos, alargados e isentos que presidiram ao seu estudo heurístico e hermenêutico das informações recolhidas: - «não nos empenhamos portanto ao assemelhar todos os materiais que podemos recolher e de os oferecer o mais prontamente possível ao público sob o título que nos parecia convir-lhe mais Ensaio Estatístico sobre o Reino de Portugal e do Algarve»<sup>62</sup>;

- «podemos assegurar aos nossos leitores que nos sendo sempre proposto a verdade para o início deste trabalho, temos procurado em o atingir de todas as maneiras possíveis. Isto não é omissão se o nosso zelo e a nossa boa vontade não têm sido suficientes sempre para nós os descobrirmos.

Todos aqueles que falaram de Portugal até este dia escreveram e citaram muitos feitos. Temos seguido um caminho totalmente oposto. Temos procurado reunir o maior número de feitos positivos que nos foi possível e apresentarmos o conjunto conforme um plano que encerrou os principais elementos da estatística deste país, ainda, quase desconhecido do resto da Europa porque os viajantes que fizeram a descrição não têm senão fracos quadros ou são motivados a excitar preferencialmente a curiosidade dos seus leitores por detalhes controversos ou satíricos do que satisfazer as pesquisas do geógrafo

<sup>59</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol.1, pp. 14 e 15.

<sup>60</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 1, p. 14.

<sup>61</sup>Ver FERREIRA, Nuno Simão, "Relatos de viajantes estrangeiros sobre a Corte portuguesa, na segunda metade do século XVIII", *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Número coordenado por Ana Leal de Faria, Director: João Medina, nova série 18/19, número duplo, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2008/2009, pp. 413 a 430.

<sup>62</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 1, pp. 14 e 15.

e do filósofo»<sup>63</sup>.

O *Essai Statistique* enumerou os múltiplos nomes de cidadãos lusos que contribuíram incomensuravelmente para o estudo em causa: deputados às Cortes, Franzini, Rodrigues de Basto, Vilela Barbosa, Vaz-Velho, Figueiras, Ferreira Borges, Pinto de Magalhães, Rebelo da Silva, Alves do Rio, Gonçalves de Miranda, Machado, o barão de Molelos e Castelo-Branco; Carvalho (ministro da Justiça), José Inácio da Costa (ministro das Finanças), visconde de São Lourenço (ex-ministro das Finanças e da Monarquia portuguesa no Brasil), Francisco Solano Constâncio (médico e encarregado de Negócios junto dos EUA), Borges (último governador da capitania do Rio Grande do Norte), António Pusich (último capitão-geral de Cabo Verde), visconde de Balsemão, Maurício Teixeira Morais (contador-geral do Balanço do Comércio de Portugal), Carlos Mardel Ferreira e Joaquim da Costa Macedo (funcionários da Junta de Juros dos novos empréstimos), Alexandre Vandelli (inspector das minas de ouro do Reino), monsenhor Horta, João Paulo dos Santos Barreto (major e professor de matemática da Academia Militar do Rio de Janeiro) e Diogo de Mascarenhas Neto (ex-magistrado e presentemente primeiro adjunto da legação portuguesa em Paris), entre muitos outros.

Eis o comentário do geógrafo italiano relativamente à colaboração dos cidadãos portugueses: «*embora os sábios portugueses que quiseram vincular-se em nos ajudar de suas luzes na composição desta obra, merecem toda a confiança pela franqueza do seu carácter, e fundem-se inteiramente isentos deste excessivo orgulho nacional, que ampliou tudo o que olha seu país para humilhar tudo o que lhe é estrangeiro, nós quisemos não obstante submeter os materiais que nos eram fornecidos pelos nacionais às reflexões de outros sábios que, não sendo portugueses, deviam ser ainda mais imparciais, reservando-nos em julgar nós próprios sobre as matérias que, estando ao nosso alcance, nos deixaram a liberdade de o fazer com tanta imparcialidade como de conhecimento de causa*»<sup>64</sup>.

Balbi no seu estudo minucioso e devidamente fundamentado, não esqueceu os estudos anteriores de viajantes estrangeiros que visitaram Portugal e, conseqüentemente, teriam sido responsáveis pelo veicular de informações e de juízos, que o geógrafo italiano teve necessidade de os rebater e enquadrá-los no seu devido contexto histórico.

- «*É verdade que escrevendo numa época onde a nação é bem diferente do que ela era outrora, por causa de circunstâncias políticas que ela se encontrou desde há alguns anos o quadro que oferecemos deve por isso diferir muito daqueles traçados por Dumouriez, Châtelet, Carrère, Robert Southey, Murphy, Link, Costigan, Ruders e Ebeling*<sup>65</sup>. As três invasões francesas em Portugal, a longa permanência das tropas inglesas e o grande número de oficiais desta nação amalgamados no seu exército, as ligações íntimas e multiplicadas destas duas nações entre elas, o maior número de jornais políticos e literários publicados desde 1807 em Espanha e em Portugal e, sobretudo alguns jornais político-literários,

<sup>63</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 1, pp. 17 e 18.

<sup>64</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 1, p. 19.

<sup>65</sup>Destacamos como poemas didáticos as “Recriações Botânicas” de 4ª marquesa de Alorna, “As Abelhas” e “A Vaccina” de José Pinto de Rebelo de Carvalho, “O Boi” de António Feliciano de Castilho, “O Newton” de José Agostinho de Macedo, entre outros.

*publicados em português fora do Reino, assim como os sábios trabalhos da Academia Real das Ciências, aqueles dos professores da universidade de Coimbra e de quaisquer escolas especializadas ultimamente instituídas em Lisboa e no Porto, têm contribuído muito para os Portugueses este desenvolvimento que se manifestou nos últimos acontecimentos»<sup>66</sup>;*

*- «Censura-se os Portugueses por falirem completamente fábricas e manufacturas, de ignorar completamente a agricultura e de recolher apenas trigo para ter pão para três meses nos anos ordinários, e por seis meses nos anos bons; de não ter senão um comércio muito limitado, e de o abandonar quase inteiramente em favor dos estrangeiros; de sustentar 200 a 300.000 eclesiásticos, enquanto que o Exército é pouco numeroso, mal pago e indisciplinado; de vegetar na maior vulgar ignorância das ciências e das artes; de haver poucos pintores, gravadores e escultores; de não ter outros jornais políticos senão a nociva Gazeta de Lisboa e duas ou três folhas periódicas insignificantes; por não publicar anualmente senão livros de devoção e alguns de poesia; de fazer que os seus vastos empreendimentos do Ultramar se distingam de todos aqueles das nações marítimas pela sua pouca população, e pela modéstia extraordinária dos seus produtos. Para toda a resposta a estas injustas acusações, aos nossos leitores para acreditarem na ligação da leitura dos capítulos que tratam do comércio, da indústria, da agricultura, do clero, do exército, e aqueles da geografia literária e da olhadela, onde eles encontrarão reunidos em poucas páginas uma série de feitos também exactos como novos, que demonstrarão de uma maneira vitoriosa que estas acusações, das quais algumas podiam ser justas há trinta ou quarenta anos, não são mais que miseráveis calúnias à época actual»<sup>67</sup>;*

*- «(...) bastava citar os eloquentes discursos pronunciados no Congresso, e a promulgação dos seus decretos que todos tendem a fazer renascer o crédito público, ao introduzir a mais severa economia e a maior ordem nas finanças, em reorganizar a marinha militar e reerguer a marinha mercante; a multiplicar os institutos literários e de instrução pública; a conferir um melhor método de ensino, e a dirigir a educação moral de juventude de maneira a obter cidadãos também hábeis para servir a pátria como honestos nas suas relações particulares; a encorajar a agricultura, o comércio, as pescas, a navegação e a indústria, que eram quase destruídas pela acumulação apolítica de direitos pesados e de cargas absurdas; e a fazer cessar os abusos de toda a espécie que reinavam na administração e traduziam-se em inúteis os esforços que fazia de tempos em tempos o antigo governo para tirar Portugal da sua nulidade política»<sup>68</sup>.*

Em Portugal, a reacção à poesia barroca gongórica impregnada de hipérboles, de trocadilhos, de subtilezas e de acrobacias começou muito precocemente, embora, só em 1756, houvesse um rompimento verdadeiro com o culteranismo.

Não havia só a necessidade de reagir contra o predomínio da cultura espanhola sobre a portuguesa, mas também, e sobretudo, era desejável harmonizar as aspirações da poesia com o moderno movimento cultural europeu. Por isso mesmo, o culteranismo geral na Europa durante o século XVII, começou a combater-se e a colocar à margem por toda a parte logo ao alvorecer

<sup>66</sup>O casamento com o conde de Oeynhausen que, em 1780, foi acreditado em Viena como representante diplomático luso, conferiu-lhe o ensejo de ir viver para um país germânico, onde se familiarizou com as novas ideias literárias do Romantismo nascente.

<sup>67</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol.2, « Apêndice de Geografia Literária », p. CXLVII.

<sup>68</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol.2, « Apêndice de Geografia Literária », p. CLVI.

do século XVIII. Assim, D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743), 4º conde da Ericeira, traduziu a “Arte Poética” de Boileau e Cavaleiro de Oliveira pugnou nas “Cartas” pelo nacionalismo literário, combatendo o gosto espanhol.

Por outro lado, a cultura francesa, mais elegante, de bom tom e mais maleável do que a espanhola, deslumbrava os espíritos desde o reinado de Luís XIV. «(...) É mesmo muito marcante que apesar do conhecimento bem mais generalizado em Portugal que em Espanha da língua francesa, o número das traduções de boas obras de História e Literatura escritas seja em francês, seja toda a proporção conservada maior que entre os espanhóis. É assim que as obras de Fénelon, de Rollin, de Montesquieu, de Millot e de uma multidão de outros escritores célebres são desde há muito tempo conhecidas por todos os portugueses. As traduções portuguesas das melhores tragédias de Corneille, de Racine e de Voltaire, das melhores comédias de Molière, e mesmo de muitos escritos filosóficos, têm aparecido desde há muito tempo»<sup>69</sup>.

Levados por tais exemplos, os portugueses resolveram romper definitivamente com os hábitos antigos. Como os tempos eram de metodologia científica foram aparecendo poemas didáticos, salientando-se os de D. Leonor de Almeida Portugal, 4ª marquesa de Alorna e os de José Agostinho de Macedo<sup>70</sup>.

O culto do eu e a reflexão sobre a própria individualidade pensante faria desabrochar o lirismo pessoal pré-romântico de D. Leonor de Almeida Portugal, de Anastácio da Cunha, de Luís António Gonzaga e Barbosa du Bocage.

Segundo Adrien Balbi, a poesia lírica era o género em que os portugueses se distinguiam mais, dado o grande número de poetas líricos. Estes poetas seriam beneficiados na produção das suas composições devido às tendências inatas para o lirismo da população portuguesa. «Nenhuma nação pode estar em atenção à sua população, não confia tanto nos poetas como a nação portuguesa. Pode-se dizer sem exagero que quase todo o português, homem ou mulher, nasceu poeta lírico, porque em todo o Portugal, e sobretudo na província do Minho e na Beira-Alta, não é raro encontrar um simples camponês que, sem ter jamais estudado, cantam, e fazem acompanhar-se pela sua guitarra, de versos mais ou menos apaixonados, que espantam pela força da imaginação que os produz. O viajante é impressionado vivamente pela admiração de encontrar tão frequentemente um fenómeno de que a Itália e a antiga Grécia somente oferecem exemplos. Entre os homens das primeiras classes da sociedade, e mesmo das classes médias, conhecemos vários que improvisam com a mesma facilidade que os nossos italianos»<sup>71</sup>.

Os poetas pré-românticos como Filinto Elísio, pelo culto tradicionalista; D. Leonor de Almeida Portugal, Anastácio da Cunha e du Bocage, pelo lirismo pessoal; e, ainda, D. Leonor de Almeida Portugal, pelo naturalismo importado da literatura germânica, sentiram a influência do arcadismo, perfilharam os ideais da escola, usaram criptónimos arcádicos e foram co-fundadores da Nova-Arcádia, também chamada Academia das Belas Letras ou nela se filiaram.

Balbi destacou entre os vários nomes de cidadãos dedicados às Letras, o

<sup>69</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 2, « Apêndice de Geografia Literária », pp. CXXXV e CXXXVI.

<sup>70</sup>Destacamos como poemas didáticos as “Recriações Botânicas” de 4ª marquesa de Alorna, “As Abelhas” e “A Vaccina” de José Pinto de Rebelo de Carvalho, “O Boi” de António Feliciano de Castilho, “O Newton” de José Agostinho de Macedo, entre outros.

<sup>71</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 2, « Apêndice de Geografia Literária », pp. CIV e CIVI.

incontornável vulto literário de D. Leonor de Almeida Portugal. Efectivamente, os seus salões de Lisboa eram frequentados pelo escol das letras pátrias. Francisco Manuel do Nascimento outorgava à sábia marquesa de Alorna, o pseudónimo de «Alcipe» e dela recebia o de «Filinto Elísio».

A quarta marquesa de Alorna conhecia as línguas e as literaturas grega clássica, latina, francesa, italiana, inglesa e alemã<sup>72</sup>.

Eis os elucidativos e sintomáticos testemunhos de Balbi:

- «a Condessa de Oeynhausen. A vasta erudição, os encantos do estilo, a elegância e a pureza da linguagem, a originalidade nos pensamentos e a facilidade extraordinária para a composição nos parecem merecer a esta dama respeitável a qualificação da Stael portuguesa»<sup>73</sup>;

- «A condessa de Oeynhausen. Esta dama respeitável tem escrito em quase todos os géneros, e em todos eles se distinguiu. Tendo um conhecimento perfeito do latim, do inglês, do francês e do alemão, ela tem enriquecido a sua língua, que escreve com a maior elegância, da tradução em verso também boas como harmoniosas de várias obras-primas de poesia destas quatro nações. A Crítica de Horácio, o Ensaio sobre a crítica de Pope, os Salmos da Penitência e alguns outros sob o título de Paráfrase a vários Salmos, estão já impressos, e têm confirmado o lugar distinguido que as literaturas e os poetas concordam com esta mulher sábia. Ela também propõe-se fazer imprimir a sua colecção de poesias líricas.

Entre as numerosas obras que ainda não publicou e que ela nos deu a honra de nos fazer ver, citaremos as seguintes, como as mais importantes: as traduções em verso de Claudien, de Oberon de Wieland, de todo o Saltério (colecção de salmos), e quase todas as obras de Horácio. Ela tem percorrido a França, a Alemanha e a Inglaterra, e tem deixado por todo o lado a lembrança do seu espírito cultivado pela filosofia e pela boa poesia; aqueles que sustêm uma correspondência com esta dama em conservar as cartas como modelos de estilo epistolário. Deve-se acrescentar que a senhora condessa de Oeynhausen desenha perfeitamente e gosta apaixonadamente das belas-artes»<sup>74</sup>.

Balbi marcava o início da ruína da poesia portuguesa com o desaparecimento do projecto arcádico no seio da literatura portuguesa, «(...) mas no meio de tantos dons naturais e da vantagem duma língua essencialmente poética, a decadência da boa poesia em Portugal, depois da extinção da Arcádia e a morte ou a separação de seus ilustres membros, se faz sentir duma maneira sensível (...) não têm sido assaz fortes para referir da Poesia portuguesa uma multidão de poetas abaixo do mediocre, que são elevados ao lados dos Arcádicos, e que ameaçam corromper o gosto da verdadeira poesia, que estes académicos justamente célebres chegavam a introduzir versos no meio do século passado»<sup>75</sup>.

<sup>72</sup>O casamento com o conde de Oeynhausen que, em 1780, foi acreditado em Viena como representante diplomático luso, conferiu-lhe o ensejo de ir viver para um país germânico, onde se familiarizou com as novas ideias literárias do Romantismo nascente.

<sup>73</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 2, « Apêndice de Geografia Literária », p. CXLVII.

<sup>74</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 2, « Apêndice de Geografia Literária », pp. CLXX e CLXXI.

<sup>75</sup>BALBI, Adrien, *Ob.Cit.*, vol. 2, « Apêndice de Geografia Literária », p. CLVI.

De facto, em 1757 foi criada uma nova Academia que se propôs iniciar um combate decisivo contra o considerado mau gosto e obscurantismo reinantes. A reforma da poesia foi iniciada pelo Arcadismo, que prepararia o advento da primeira geração romântica lusa e, daí, o aparecimento da Arcádia Lusitana ou Ulissiponense, 1757 a 1776. Os estatutos redigiu-os Cruz e Silva. Os vinte artigos dos estatutos da agremiação literária giraram em torno da ideia de crítica, impondo em nome dela uma disciplina rígida aos seus sócios. Os sócios eleitos em escrutínio secreto e por unanimidade eram obrigados a adoptar o nome de um pastor celebrizado pelas musas gregas e latinas. A instituição ao chamar-se Arcádia significava o nome da principal região da Hélade, considerada pelas narrações lendárias, assento dos poetas e dos músicos.

Eram crentes os árcades. Quando davam ingresso no salão das reuniões, o Monte Ménalo, eles que se haviam comprometido a defender o culto da Virgem, ostentavam um lírio, símbolo da imaculada, protectora da corporação. Além disso, festejavam a Padroeira, em sessão extraordinária, a 8 de Dezembro.

Considerando a crítica literária uma das principais finalidades, a Arcádia adoptou como símbolo o «*meio braço pegando em um pendão*» com a legenda: *inutilla truncat*.

Impregnados do espírito das Luzes contestaram firmemente a experiência barroca, invocando a razão como pólo axial de toda a produção literária. Julgando que as Letras pátrias não se podiam restaurar sem o regresso às fontes clássicas, os árcades meteram-se a pesquisar motivos de inspiração e de beleza de estilo nos autores greco-romanos.

O seu modelo apresentado apoiava-se no Neo-Classicismo de inspiração francesa do tempo do Rei-Sol e da primeira metade de Setecentos, nos autores como Boileau, Molière, Racine e Voltaire.

Baseava-se nos princípios da razão, a grande força motriz da busca filosófica da verdade, visualizada através da observação, da reflexão metódica e crítica.

A razão na procura da verdade era, ainda, um factor imprescindível do labor estético, considerado na sequência da poética antiga, como uma depurada imitação da natureza que devia produzir instrução e prazer, exigindo-se para tal, a lucidez na perscrutação do mundo objectivo e subjectivo, ordem, simplicidade e decoro na expressão, conquistáveis pelo respeito de regras colhidas nos venerados greco-latinos e seus seguidores modernos.

Cultivava, ainda, a moderação, a verosimilhança, a clareza e a propriedade linguística, conduzindo as investigações históricas ao panegírico dos heróis nacionais por meio das odes pindáricas, que enalteciam os grandes autores quinhentistas e alguns seiscentistas, como Manuel Bernardes.

Criticava veementemente os quadros mentais próprios de uma sociedade de Antigo Regime como era a portuguesa, clerical e senhorial. Daí, que as posteriores sátiras políticas e sociais de Filinto Elísio e de Nicolau Tolentino fossem o resultado fatal da luta de ideias entre um mundo em decrepitude e outro a surgir no horizonte.

Combatia a fantasia, os malabarismos, o estilismo e o modelo de composição barroca, bem como as infracções ao vernáculo instituído por aqueles padrões



velho-portugueses de correcção e expressividade.

Pertenceram à Arcádia Lusitana, Correia Garção, Cruz e Silva, Reis Quita, Manuel de Figueiredo, Padre Joaquim de Folos, entre muitos outros.

Estes nomes sempre foram respeitados após o surgimento de outras Arcádias, em Estremoz, Guimarães, Porto, Coimbra, entre outras cidades ou quando surgiu na capital, por volta de 1760, o grupo da Ribeira das Naus, em que Francisco Manuel do Nascimento degladiou a Arcádia de Garção, mais por quezílias pessoais do que por divergências de critérios.

Fundaram-se pelo fim da década de 80, a Academia de Humanidades de Lisboa e, em 1790, a Nova-Arcádia ou Academia de Belas-Artes de Lisboa. Foi orientada pelo poeta e padre Domingos Caldas Barbosa que reunia uma tertúlia literária ou saraus culturais às quartas-feiras no palacete do conde de Pombeiro, José de Vasconcelos e Sousa. Elementos da precedente Arcádia vieram enriquecer o leque de participantes: Bocage, José Agostinho de Macedo, Belchior Curvo Semedo, Francisco Joaquim Binagre, João Vicente Pimentel Maldonado.

Quer nos participantes destes círculos quer nos «independentes» generalizou-se o uso de criptónimos pastoris para designar a autoria poética, como haviam praticado os árcades iniciais no desejo de marcar que a arte, a polida arte que cultivavam, depurava a vida: D. Leonor de Almeida Portugal, era «Alcipe»; Francisco do Nascimento, «Filinto Elísio»; D. Frei Alexandre da Sagrada Família (tio e educador de Almeida Garrett), «Silvio»; Bocage, «Elmano Sadino»; Caldas Barbosa, «Oreno»; José Agostinho de Macedo, «Elmiro Tagideu»; e, até o muito jovem Garrett, se intitulou «Jónio» ou «Josino Duriense». Assinale-se que a Academia das Ciências de Lisboa, instituída em 1779, integrou uma activa classe de Letras também fundamentalmente orientada pelos critérios neoclássicos. A aliança das Letras e das Ciências tornaram a Academia uma instituição actuante que contrastava com a inércia da Universidade de Coimbra, a partir da década de 90, de que a escassa produção compendiaría pugnada pelos Estatutos de 1772, foi exemplo insofismável. A Academia mostrou-se, efectivamente, ser portadora de um projecto modernizador dentro dos condicionalismos mentais, materiais e políticos que a viriam rodear.

A Nova-Arcádia publicou em 1793, o “Almanaque das Musas” e pela primeira vez procedeu à edição da tradução da *Art Poétique* de Boileau, feita pelo quarto conde da Ericeira.

Abandonada pelos poderes públicos e vítima da luta entre Bocage e José Agostinho Macedo, a Nova-Arcádia foi sobrevivendo com muitas dificuldades perante a agitação ideológica, o bulir social deste tempo de charneira entre o século XVIII e o século XIX, proporcionando ao academismo saído da Arcádia feições que já tinham a gravidade paradigmática de agremiação literária. As celebradas quartas-feiras no palacete do conde de Pombeiro assemelhavam-se mais às reuniões mundanas, em que a nobreza e a burguesia se iam misturando: aos recitativos “canónicos” acrescentava-se chá, torradas e “modinhas” à viola compostas e tocadas pelo brasileiro Lerenó.